

# Como Trabalhar Com o Povo

Clodovis Boff

7ª Edição

# Sumário

Capítulo 1 - Introdução: A arte do trabalho popular.....	4
Assumir o risco .....	4
A quem se destina esse trabalho .....	4
Caixa de ferramentas e não receituário .....	5
Capítulo 2 - Conversão de classe.....	5
Situação inicial: sociedade dividida.....	5
A necessária conversão de classe.....	5
O que se deve deixar: a ideologia .....	5
O que se há de manter: valores universais .....	6
Como passar ao povo valores de origem não-popular .....	6
Conversão do agente interno?.....	7
Capítulo 3 - O papel particular do agente .....	7
Autonomia do povo: objetivo do trabalho popular .....	8
Etapas de crescimento de uma comunidade.....	9
Capítulo 4 - Inserção: Condição prévia indispensável.....	9
Pensa-se a partir dos pés e das mãos.....	9
A lição de uma experiência importante.....	9
Tipos de inserção .....	10
O agente popular deve também se inserir? .....	10
Capítulo 5 - A mística do trabalho popular.....	11
1- Amor ao povo .....	11
2. Confiança no povo .....	11
3. Apreço ao que é do povo.....	12
4. Serviço ao povo .....	12
5. Respeito à liberdade do povo .....	13
Mística da libertação integral.....	13
Capítulo 6 - Ação e reflexão - método do trabalho popular.....	14
Capítulo 7 - Como iniciar um trabalho com o povo .....	14
1. Participar da caminhada.....	14
2. Partir dos problemas reais.....	15
3. Encaixar-se o quanto possível na caminhada do povo.....	15
4. Convocar a comunidade.....	15
Capítulo 8 - (I) Metodologia da educação popular: condições internas .....	15
1. Diálogo .....	15
2. Participação.....	16
3. Comunidade .....	16
Capítulo 9 - Método de reflexão com o povo - primeiro tempo: ver.....	17
Capítulo 10 - Segundo tempo: julgar.....	18
Capítulo 11 - Terceiro tempo: agir .....	20
Para dar um passo em frente .....	20
Etapas e tipos de ação .....	21
Capítulo 12 - (II) Metodologia da ação direta: 1º) agir conjuntamente .....	21
Lugar da direção na ação direta .....	21
Capítulo 13 - (II) Metodologia da ação direta: 2º) Valorizar cada passo dado .....	22
Capítulo 14 - (II) Metodologia da ação direta: 3º) Articular os passos com o objetivo final .....	22
Níveis da ação.....	22
O passo vale por sua orientação .....	23
Para que a luta não esmoreça depois de uma vitória.....	23
Capítulo 15 - (II) Metodologia da ação direta: 4º) Somar forças .....	23
Capítulo 16 - (II) Metodologia da ação direta: 5º) Formar animadores .....	24
Novo tipo de dirigente (popular).....	24
Para preparar um animador.....	24
Controlar o exercício do poder.....	24
Capítulo 17 - Pastoral popular: confronto religião/vida.....	25
Capítulo 18 - Como ligar fé e Política.....	25
O povo sempre liga fé e vida?.....	25

Sugestões para ligar ativamente a fé à vida .....	25
Contra o risco oposto de desligar a vida da fé.....	26
Capítulo 19 - Como relacionar organização eclesial e organização social do povo .....	26
Capítulo 20 - Técnicas do trabalho popular.....	26
A. Recursos.....	27
B. Mecanismos.....	27
C. Ações diretas .....	27
Epílogo.....	27

# Capítulo 1 - Introdução: A arte do trabalho popular

Procuramos explicitar neste livreco as condições e orientações concretas que ajudam no trabalho popular. Não se pretende ditar aqui os mandamentos ou receitas de como trabalhar com povo de modo concreto. Trata-se apenas de examinar como está se dando hoje esse trabalho expor as indicações ou tendências mais fecunda que a própria prática está sugerindo.

É evidente que isso não vai sem análise crítica. Tentaremos nessa parte organizar as principais lições que se podem tirar da experiência trabalho junto ao povo. E junto com a organização, daremos alguma justificação mais próxima das linhas ou orientações que forem sendo postas.

Nada do que é dito aqui deve ser entendido de modo dogmático. Isso, sobretudo por que o trabalho popular é uma arte e não uma ciência. E uma arte vai-se aprendendo na prática. Tanto mais que se trata aqui de uma das artes mais difíceis: a de lidar com gente. Por isso, com toda despreensão que se colocam aqui indicações práticas (mais que orientações) de como fazer trabalho popular. Elas deverão ser completadas e corrigidas com outras experiências e outras reflexões sobre essas experiências.

Sócrates, um dos maiores educadores do Ocidente, tinha tal consciência da dificuldade de educar que dizia não pretender ser mestre de ninguém nem ter discípulos, mas antes amigos. A "ironia, socrática" exprime a consciência da própria ignorância e é o princípio da sabedoria no trabalho junto ao povo. É a atitude mais originária de todo agente popular.

## Assumir o risco

Não existem propriamente regras fixas de trabalhar com o povo. O que existem são apenas balizas, setas indicadoras. Cada um tem que assumir o risco, pois o risco faz parte de todo aprendizado que se funda principalmente na experiência. Acerta-se no trabalho popular através de "tentativas e erros". É impossível dar sempre certo. Em nenhum lugar talvez mais do que aqui vale o dito de que é fazendo que se aprende. Daí a importância do processo como tal. "É no chacoalhar da carroça que as abóboras se acomodam". "Se hace camino al andar" (A. Machado).

Isso não quer dizer que se deva proceder sem critérios ou precauções; que se deva ir em frente simplesmente, de acordo com a conhecida afirmação: "vai-se à luta, depois se verá". Não. Não é permitido aqui nenhum tipo de pragmatismo frívolo ou ativismo grosseiro. Totalmente ao contrário: quanto mais delicada a tarefa, mais atenção, vigilância e seriedade se há de ter, tanto na prática quanto na compreensão da prática. Pois, se "a experiência ensina", importa ouvir e aprender as lições da experiência. E isso não é possível sem reflexão cuidadosa da própria experiência. Assumir o risco, sim, mas o risco calculado.

Acrescentemos, nesse ponto, que há correntes distintas de trabalho popular. Algumas privilegiam o papel do agente e outras, ao contrário, enfatizam a importância das "bases" ou dos grupos populares. E há ainda as que tentam encontrar um "justo equilíbrio" entre essas duas tendências fundamentais.

De nossa parte, referimo-nos de modo especial ao campo de nossa própria experiência, que é o da pastoral popular. Mas é preciso dizer que tal campo recobre freqüentemente a vasta área do trabalho popular em geral. De fato, uma pastoral libertadora procura favorecer toda forma de afirmação e promoção popular: educativa, sindical, partidária, etc.

## A quem se destina esse trabalho

Dirigimo-nos aqui ao agente de trabalho popular: educador, profissional liberal, técnico, político, sindicalista, padre, etc. Temos em mente principalmente o chamado "agente externo" - aquela pessoa ou agência que "vai" trabalhar junto ao povo. Contudo, o que se diz aqui vale também para o "agente interno", o "agente popular mesmo", isto é, aquele que surge do próprio povo e aí exerce um papel educativo ou político.

Na verdade, a distinção entre "agente externo" e "agente interno" se enfraquece e quase desaparece na medida em que o "agente externo" se insere no universo popular tornando-se povo e na medida também em que o "agente interno" ou "popular" cresce em experiência e qualificação no seu trabalho. Aliás, é a própria dinâmica do trabalho popular que leva a essa aproximação progressiva.

Assim, a partir de um certo momento da caminhada, é estreita a diferença que separa um "agente externo inserido" ou "popularizado" e um "agente interno experimentado" ou "popular". Contudo, sempre sobra a diferença inapagável do próprio passado ou origem de classe - coisa que no trabalho deixa de ser significativa, até pelo contrário.

Se aqui guardamos a distinção entre "agente externo" e "agente interno" é para levar em conta os problemas específicos que cada um deles tem, sobretudo o primeiro, em particular nos inícios do trabalho com o povo.

Notemos também que nesse texto falaremos normalmente em "povo", compreendendo por esse termo o conjunto das classes oprimidas ou subalternas. Entenderemos sempre "povo" não no sentido "clássico" (de "nação"), mas no sentido "classista" (de "classes populares"). De resto, é como "povo" que o pessoal costuma se autodenominar nos grupos de trabalho popular. Por vezes, "povo" quererá dizer simplesmente a

comunidade popular com a qual se está trabalhando.

Nesse caso, embora o sentido (conceitual) seja distinto, a significação (objetiva) é a mesma: referimo-nos no fundo à mesma coisa.

### **Caixa de ferramentas e não receituário**

As colocações e indicações aqui expressas querem ser claras e práticas. E a própria natureza do trabalho que exige isso, bem como os destinatários - todos agentes, ou seja, gente de ação. Estes, com efeito, buscam diretivas concretas e operativas, fundadas na ação e reflexão, em vista de melhorar seu próprio trabalho.

Evidentemente, aqui não é possível aprofundar as questões teóricas que as proposições práticas supõem. Refletiremos apenas na medida em que a teoria pode esclarecer, fundar ou justificar de modo imediato as indicações concretas aqui sugeridas. Num outro escrito "Agente de Pastoral e Povo" (in REB, v. 40, 1980, p. 216-242) traçamos o pano teórico de fundo que preside às colocações presentes.

Esse livrinho não deve ser usado como um receituário ou cartilha, mas como uma caixa de ferramentas. Nele se encontram instrumentos de toda sorte, uns mais úteis outros menos. Ora, de uma caixa de ferramentas toma-se o que interessa ao próprio trabalho. O importante aqui não é a ferramenta, mas seu uso; e, mais que o uso, o importante é o próprio povo e sua libertação.

## **Capítulo 2 - Conversão de classe do agente**

### **Situação inicial: sociedade dividida**

Este é o grande dado de entrada a se levar sempre em conta no trabalho popular: a divisão social do trabalho em trabalho intelectual (decisão) e trabalho manual (execução) e seu desdobramento na divisão de classes em classes dominantes e classes dominadas. Esta situação real - aqui apenas indicada - há de permanecer como pano de fundo em todo o trabalho popular. Este, na verdade, arranca dela (quanto à sua forma de organização) e vai na linha de sua superação (sociedade igualitária).

Esta constatação elementar e geral já fornece a linha de base do trabalho popular: reforçar a posição do povo (seu saber e poder). Pois não é verdade que a existência e a consciência do povo sejam simplesmente as de seus dominadores (alienação absoluta). Não, o povo tem uma existência e consciência próprias, porém dominadas, reprimidas, controladas de fora e de dentro (introjeção), justamente pelas classes dominantes.

### **A necessária conversão de classe**

Tiremos agora as conseqüências da situação global da divisão da sociedade (de trabalho e de classes) quanto ao agente de trabalho popular.

Em primeiro lugar, o agente externo deve reconhecer sua situação de classe e o caráter de classe de seu pensar e agir.

E isso sem disfarce, com toda honestidade. Ser de uma classe ou outra pertence ao destino histórico de cada um. Não depende de uma escolha voluntária. E tal pertença marca a consciência e o modo de vida de cada um. E falso dizer-se igual ao povo, identificado com ele, do momento que se é de outra classe. Essa atitude mistifica a relação com o povo e leva à dominação sob pretexto de igualdade.

Por outro lado, esse reconhecimento deve ser feito sem masoquismo e má consciência, sem satanizar a própria situação social e nem canonizar a do povo. Há vantagens e desvantagens específicas em cada uma delas.

Por isso mesmo - e é o 2º ponto - o agente externo necessita de uma "conversão de classe". O que importa sobretudo não é onde se está, mas de que lado se luta. O que conta não é a origem de classe, e nem a situação de classe, mas a posição, opção e prática de classe. Trata-se aqui de "passar para o povo", de se situar a seu lado na luta por uma sociedade nova.

Contudo, isso tem o seu preço. Pois implica, em primeiro lugar, em romper com os interesses e a mentalidade da própria classe. E implica também em guardar certos valores, desenvolvê-los e passá-los para o povo. O que guardar e o que rejeitar?

### **O que se deve deixar: a ideologia**

Começemos pelo que o agente externo deve rejeitar em sua relação com o povo. Digamos que o agente deve romper com a ideologia típica de sua classe e com os interesses que ela exprime. Entendemos aqui ideologia tanto as idéias como as atitudes e comportamentos próprios de uma classe.

Fiquemos no agente de "classe média", que é de onde a maioria dos "agentes externos" provém. Porque essa classe não constitui uma classe essencial em nossa sociedade e porque nem constitui uma classe definida, sua ideologia - como seus interesses - não é igualmente definida. Ela se define apenas a partir da ideologia das outras classes fundamentais, com as quais coincide em determinados momentos ou segundo determinadas de suas frações. Por isso, a definição ideológica da "classe média" é essencialmente sua

indefinição. Eis alguns traços "característicos" de sua ideologia:

1. Posição em cima do muro, que pode ser expressa nas seguintes atitudes:

- Oscilação ora à direita e ora à esquerda, donde a pouca firmeza nos compromissos;
- oportunismo, que faz tomar a posição mais conveniente ao momento;
- pretensão ao neutralismo político;
- crença nas soluções negociadas a qualquer preço (colaboracionismo de classe).

2. Gosto por teorias abstratas, que se exprime em: - brigas de idéias e não de práticas (para fugir ao compromisso);

- tendência à intelectualização dos problemas, a fugir para as nuvens, a adotar um universalismo vazio, a desmaterializar as coisas;

- revolucionarismo retórico, sem maiores conseqüências;
- sectarismo político, com traços de fanatismo e ressentimento;
- pretensão intelectualista de dirigir o processo histórico e guiar o povo;
- moralismo na compreensão e solução das questões sociais.

3. Individualismo, manifestado em:

- isolacionismo social e ideológico ("quantas cabeças tantas sentenças");
- egoísmo de interesses ("cada um por si...");
- falta de espírito de corpo, de classe (já que não existe como classe definida);
- privatismo na solução dos problemas ("depende de cada um");
- interiorização espiritualista dos conflitos na forma de "crises existenciais" etc.

Pois bem, é de toda essa mentalidade, e dos interesses que ela esconde/manifesta, que o agente-classe-média deve se despojar se quer se aproximar das classes populares para servi-las. Na verdade, mais que de uma conversão, trata-se de uma definição de classe. É claro, essa definição só pode ser feita no próprio processo de relacionamento com o povo. Pois é aí que se pode; identificar e superar as próprias alienações classe. Evidentemente, a disposição para isso deve ser prévia enquanto representa uma abertura ao questionamento e à mudança. Sem essa disposição de fundo, não existe trabalho popular que transforme a pessoa. Nesse nível não há automatismo.

### **O que se há de manter: valores universais**

Vimos o que o agente deve deixar. E que deve guardar para repassar ao povo?

Deve guardar todos os valores humanos e culturais que são úteis para a luta e a libertação do povo. Na verdade, nem tudo o que é da classe média é de classe média. Isto é: nem tudo o que a classe média vive ou adota é característico dela. Não se pode confundir a natureza de certos valores, que por si mesmo são universais, embora monopolizados injustamente por uma classe, e seu uso ou função ideológica. Temos, pois, que distinguir o que é próprio da classe (classista) e o que é humano e universal, e que foi apropriada ilegitimamente por ela. Acontece aqui, na ordem dos valores e habilidades várias, o que sucede com os meios de produção: estes são propriedade privada, mas sua destinação é coletiva. A questão não é, pois, destruí-los mas se apropriar deles, não sem antes reorganizá-los profundamente.

Ora, entre os valores da classe (sem serem de classe) que o agente de classe média deve guardar podem-se contar:

- habilidades técnicas úteis a todo o povo: ler, escrever, contar, curar, bater a máquina, encaminhar um processo, etc.;

- informações de caráter histórico e de atualidade;

- capacidade teórica para analisar a realidade e sistematizar conhecimentos;

- valores de caráter humano, como o cultivo da subjetividade (que na classe média só tem de viciado seu lado exclusivo e excludente), etc.

Todos esses valores representam riquezas que não se há de abandonar, sob pena de deixar o próprio povo privado de algo a que tem direito e que precisa conquistar. Portanto, esses valores devem ser passados, comunicados ao povo e de certo modo democratizados ou socializados.

### **Como passar ao povo valores de origem não-popular**

Naturalmente, a socialização desses valores não se dá sem mais. Ela supõe, em primeiro lugar, uma relação pedagógica correta, que prescreva o momento, a medida e o modo de sua comunicação. Nada, pois, de ir despejando em cima do povo "nossas" riquezas, assim sem mais nem menos, a pretexto de que o povo foi por muito tempo privado delas e que agora chegou o momento de recebê-las.

Em segundo lugar, importa refundir esses valores, que vêm sempre revestidos de uma forma de classe ("pequeno-burguesa"). Por isso, precisam ser purificados e mesmo convertidos para poderem ser assimilados cota proveito pelas classes populares. Isso é evidente, por exemplo, com respeito à ciência, que, embora tenha vocação universalista, foi criada e elaborada pela burguesia e carrega, em sua expressão cultural (linguagem, instrumentos de produção científica, etc.), as marcas de nascença (inclusive a teologia e o marxismo).

Na verdade, "tudo o que se recebe, se recebe pelo modo de quem recebe" - diziam os mestres

medievais. Assim, valores universais, vividos até então por uma classe, só podem enriquecer uma outra quando recebidos e assimilados segundo os esquemas dessa outra classe. Valores universais, de que foram portadoras e fruidoras as classes dominantes, só podem ser vividos corretamente pelo povo ao modo deste, isto é, popularmente. E isso vale tanto para o ter, como para o poder, o saber e mesmo o crer. Donde se vê que não é só o agente que deve se converter, mas também deve-se converter a riqueza que ele carrega consigo em seu trabalho popular.

### Conversão do agente interno?

A questão da mudança ideológica e política (conversão ou definição de classe) foi aqui referida ao agente externo. Mas o agente interno também pode ser chamado à conversão, justamente na medida em que tem o opressor introjetado dentro de si e que por isso pensa e age segundo modelos alienados. Ora, tal situação não é rara entre os dirigentes das associações populares (pelegos, etc.).

Nesse caso, o próprio agente oprimido necessita de conversão: conversão à própria classe e à sua libertação coletiva. Evidentemente o processo de conversão aqui obedece a uma dinâmica própria. É a dinâmica do próprio trabalho popular de que estamos aqui tratando. Ou seja: é no processo da reflexão/ação que o agente popular alienado pode se converter (sobretudo se for apenas ingênuo) ou então se revelar e desmascarar (se for mal-intencionado). Mas tudo isso ver-se-á melhor mais adiante.

## Capítulo 3 - O papel particular do agente

O agente externo não é só diferente do povo por sua extração e/ou situação de classe, mas também por sua, posição no processo ou caminha da de libertação. Na verdade, ele é um agente e como tal tem um papel, mais que especial, específico. E isso vale também para o agente popular.

Esse papel pode ser político, técnico, pastoral, educativo. Na falta de um termo melhor e mais apropriado, poderíamos talvez falar em função pedagógica, para englobar todas as funções de crescimento integral da comunidade ou do povo (cf. a paidéia grega). Importa que o agente, além de reconhecer seu caráter de classe, reconheça e assuma sua posição específica junto ao povo. Tal posição pode ser designada como alteridade ou diferença pedagógica.

De fato, é uma ilusão se dizer ou se pretender "igual ao povo". O igualitarismo, como tentativa e mesmo como aparência ou impressão de puro achatamento entre o agente e o povo, deve ser desmascarado como uma farsa.

A igualdade entre o agente e o povo se dá num outro nível, mais profundo que o da mera cópia ou macaqueação. Como veremos ainda, a igualdade consiste na identificação numa mesma causa ou projeto fundamental, numa mesma prática ou luta e, por fim e o quanto possível, num mesmo universo cultural.

Se alguém é ou se torna agente é porque tem algo a oferecer ao povo, tem uma contribuição particular a dar à sua caminhada. O agente é agente porque é diferente. É isto que precisa ser visto e assumido.

Agora, o fato de ser diferente não coloca de per si o agente fora ou acima do Povo. Trata-se antes ai de um serviço que deve ser prestado sem arrogância e quase por imposição histórica. Antes de isso ser um título de glória ou mérito, é uma obrigação ética e uma missão social objetiva. "Ai de mim se não trabalhar com o povo!" - poderia dizer o agente imitando S. Paulo.

Por isso só quem não entende sua posição real no processo de crescimento popular pode pretender seja dirigir o povo ou ser absolutamente igual a ele. Aparecer acima do povo ou desaparecer no meio do povo não interessa finalmente ao povo. Isso é desajudá-lo. Trata-se, sim, de estar ao lado ou no meio do povo, sendo o que se é, sem fantasias ou máscaras, e fazendo de sua diferença um serviço.

Como caracterizar o agente

Poderíamos aqui, mais que definir, descrever ou caracterizar essa função própria do agente em sua diferença pedagógica (sempre no sentido amplo da paidéia grega, como formação integral do homem integral). Vamos caracterizar a função do agente através de um esquema que falará por si mesmo.

### *Dois modelos de agente ou educador*

<i>Modelo do agente (animador)</i>	<i>Contra modelo do agente (paternalista)</i>
1. É como um parteiro (maieuta): auxilia a mãe a dar a luz.	- É como um genitor ou pai: engendra realmente o filho.
2. É como um agricultor: cuida da terra para que produza bons frutos.	- É como um artesão ou fabricante: manipula as coisas para produzir outras.
3. É como um médico: trata do corpo para que conserve ou recupere a saúde.	- É como um general: dá ordens para avançar ou recuar, etc.

### *Expressões de sua função específica*

- Ativar energias internas, despertar, suscitar,	- Influir através de uma força de fora e de cima,
--	---

estimular.	infundir luz e saber.
- Induzir, animar, fazer-fazer.	- Conduzir, levar, fazer-sem-mais.
- Servir, ajudar, reforçar, contribuir, secundar, assessorar.	- Fazer no lugar, servir-se de, arrastar, presidir.
- Dar condições, propiciar, facilitar, dar lugar, fazer espaço.	- Criar, produzir, causar, instaurar, construir.
- Coordenar forças em presença, articular, agenciar.	- Ordenar (e coordenar), mandar, liderar, administrar.
- Estar no meio, animando.	- Estar à frente ou acima, puxando.

*Atitudes ou qualidades típicas*

- Atenção, ausculta, abertura.	- Intervenção, iniciativa.
- Cuidado, respeito, paciência.	- Coragem, agressividade.
- Fineza, tato.	- Esperteza, "tática".

Observemos aqui que as figuras do agente ou educador como parteiro, agricultor e médico nos vieram, entre outras menos felizes (oleiro, domador), da tradição grega e foram utilizadas especialmente por Platão, em geral na boca de Sócrates. Importa notar que são simples comparações, que, como tais, sempre claudicam por uma, ou várias partes, em particular aqui a do médico.

Essas figuras podem evidenciar uma alteridade pedagógica exagerada se as tomarmos como profissões. Mas indicam corretamente a especificidade da ação pedagógica - trabalho a partir de dentro - se nos fixarmos na função ou prática concreta desses três personagens. Trata-se aí, na verdade, de uma distinção de funções e não de uma divisão de categorias ou pessoas.

De fato, ser agente não é uma qualidade ligada à pessoa, mas à sua função. Daí porque o que é outro ou diferente não é tal ou tal pessoa mas, sim, o lugar que alguém ocupa no grupo (animador, coordenador, etc.). Aliás, o agente não é só agente e nem sempre. E, na base de tudo, pessoa humana. O agente é também agido. Seu lugar ou função diferencial é uma exigência do grupo e não um predicado de sua pessoa.

Por isso, a função pedagógica (como também a política) é absolutamente relativa. De resto, o agente verdadeiro atua, sim, e com todo o seu vigor próprio, mas sempre na máxima discricção e fazendo-se notar o menos possível, seja pelos títulos, seja pela publicidade. E porque a modéstia é intrínseca ao cargo de agente, assim como a intermitência (agente/agido) e evanescência de seu trabalho, como se verá logo em seguida.

Assim, a alteridade que o agente deve reconhecer e assumir é a alteridade de uma função própria dentro e a serviço do grupo e não uma alteridade de distância ou de superioridade.

### **Autonomia do povo: objetivo do trabalho popular**

Sim, porque o processo educativo tem como objetivo essencial a autonomia do educando. Autonomia como autodeterminação ou autodireção, e não propriamente como independência absoluta, pois o homem vive necessariamente em situação de dependência mútua devido ao seu caráter social.

Isso significa que o agente, como figura educativa, está fadado a ir desaparecendo, até se tornar de todo dispensável. Pois importa que o povo chegue a "caminhar com as próprias pernas", livre de qualquer tutela.

Evidentemente, o trabalho de um agente no processo popular leva inicialmente o povo a uma certa dependência do agente. Tal dependência se dá precisamente naquilo que o agente traz de novo: uma competência, uma capacidade de convocação, uma contribuição técnica ou cultural, etc. Tal dependência inicial é absolutamente natural e pertence à dialética do processo educativo. A verdadeira questão é o processo: para onde leva?

Com efeito, a realidade é que o povo vive numa situação objetiva de opressão e alienação, ou seja, de dependência e sujeição frente às classes dominantes. Certo, o povo resiste, luta e ataca. Mas, sem o "salto" da consciência crítica, para o qual a presença de uma mediação educativa é indispensável, a reação popular permanece no nível elementar, fragmentário e desorganizado.

A valorização do povo e de seu potencial cultural e político não deve fazer esquecer a situação dominante que ele vive e sofre e que é justamente a dominação de classe. Não fosse isso, o povo já estaria no poder e não teria maiores problemas. Sem dúvida, aqui e ali o povo consegue se impor, mas no conjunto está oprimido (até que "classes populares" significarem "classes subalternas").

Por isso mesmo, todo o esforço do agente é reforçar o poder do povo até que este atinja sua autonomia ou autogestão entendida como controle de suas próprias condições de vida. Daí que a grande questão do agente educador é se sua ação leva o povo ao crescimento e à liberdade cada vez maior ou ao contrário. Isso supõe que a interferência do agente externo vá diminuindo em proporção inversa, até que o povo possa se apumar sozinho.



## **Etapas de crescimento de uma comunidade**

Poder-se-ia dizer que essa caminhada rumo à autonomia passa por três fases:

- 1) Inicialmente, o agente trabalha para o povo. É como se o carregasse.
- 2) Depois, o agente trabalha corra o povo. É como se o amparasse para que tente caminhar com as próprias pernas.
- 3) Finalmente, o agente trabalha como o povo. É como se o povo Já pudesse caminhar por própria conta.

Nesse ponto, o agente não sai do cenário; muda apenas de papel. Ele continua parte viva da caminhada mas sem mais a função do início, pois esta já foi incorporada pelo povo ou por gente do povo. É nesse sentido que o educador desaparece como educador, não naturalmente como pessoa.

Evidentemente, para que tal processo de autonomização aconteça, é preciso que o próprio agente faça o caminho inverso: o de sua identificação e educação progressiva a partir do povo. Na verdade, o processo pedagógico é duplo: consiste no encontro recíproco do agente e seu saber com povo e seu saber. E isso acontece em contexto de reciprocidade, diálogo e partilha vital. É só no intercâmbio de saberes que o processo educativo se desenvolve, seja do lado do agente como do lado do povo.

Isso tudo vale para o agente na medida em que é educador e não na medida em que é dirigente. Pois aquela função é por natureza passageira (embora haja sempre uma "educação permanente", seguindo, contudo, outra dinâmica), enquanto que esta última é permanente. Quanto à função de direção, ela também deverá ser incorporada de modo crescente pelo povo, até que este produza seus próprios dirigentes. Esse é um elemento fundamental para a autonomia popular, para o que diremos alguma coisa mais a frente.

## **Capítulo 4 - Inserção: Condição prévia indispensável**

### **Pensa-se a partir dos pés e das mãos**

Vimos que a situação de partida do trabalho popular é a divisão social do trabalho e de classe. Vimos também que a função fundamental do agente é se situar no meio do povo para contribuir, de dentro, à sua autolibertação. Dissemos outrossim que isso tudo supõe uma conversão de classe, conversão essa que se exprime no compromisso ou engajamento com as classes populares.

Agora, para que isso tudo possa se realizar, é absolutamente necessário que o agente se insira no meio popular. Quando se fala aqui em inserção, entende-se por esse conceito uma presença ou contacto físico com o universo popular. Trata-se aí de participar concretamente da vida do povo, de conviver com ele, de estabelecer com ele um laço orgânico.

Sem esta inserção real o agente:

- não terá condições objetivas de se desfazer de suas taras de classe;
- não poderá evitar o autoritarismo ou relações de dominação no exercício de seu papel pedagógico;
- e também não terá condições de assumir uma mística e uma metodologia realmente libertadoras - como ainda veremos mais adiante.

Se a consciência se nutre das experiências concretas (como o viram os filósofos, dos gregos até Marx, passando pelos escolásticos); se se pensa a partir dos pés (lugar social) e das mãos (Práticas), é indispensável que se entre em contato vivo e participante com a vida do povo caso se queira entendê-la e trabalhá-la.

É evidente que a inserção física, local mesmo, não basta. Mas é uma condição indispensável e fundamental.

### **A lição de uma experiência importante**

Foi no campo da pastoral popular que se andou mais longe nesse sentido. Não há agência educativa na sociedade brasileira que levou mais a sério a necessidade da inserção e encarnação concreta nos meios populares que a Igreja. Foi todo um movimento que agitou o corpo inteiro da Instituição eclesial numa linha de "passar para o povo", "mover-se para a periferia", "inserir-se nos bairros populares", etc. Essa tendência levou bispos a deixarem seus palácios para se instalarem em casas populares nas regiões pobres da cidade; conduziu padres a percorrerem as favelas e as áreas rurais, antes abandonadas; arrastou leigos cristãos a se lançarem no meio dos pobres em frentes de opressão e crise particulares; envolveu sobretudo as Congregações religiosas no sentido de deixarem as "grandes obras" e irem morar nos bairros pobres para aí trabalharem com o povo; obrigou mesmo teólogos e outros intelectuais cristãos a assumirem compromissos concretos com grupos populares.

A diferença do que se passou em outras instituições e correntes, inclusive partidárias, esse movimento geral e crescente de inserção foi favorecido pela mobilização de toda a Instituição eclesial, que garantiu assim continuidade e organicidade ao movimento; e também e sobretudo por uma mística de conversão, encarnação e kenose (despojamento) que lança suas raízes no mais profundo da própria fé cristã.

Esta experiência levou à convicção (e esta pode servir de lição geral para o trabalho popular) de que sem inserção concreta não pode haver um trabalho popular correto. E, portanto, uma pré-condição básica,

indispensável, embora insuficiente, que o agente se identifique o mais possível com o povo mediante um contato vivo com este. A fecundidade pastoral e política desta experiência representa uma convicção já hoje indiscutível e um ganho definitivo do trabalho popular.

### **Tipos de inserção**

Contudo, as formas objetivas ou expressões concretas de inserção podem ser maiores ou menores. Elas admitem graduações distintas. Podemos aqui indicar esses graus ou formas crescentes de inserção:

1) Contatos vivos. É a forma mais elementar de sentir a realidade do povo. Trata-se aí de uma presença passageira, e descontínua com o mundo da pobreza e opressão. Esse é o nível mínimo necessário para se poder assumir realmente a causa do povo e realizar o próprio engajamento por sua libertação. Pois mesmo vivendo num lugar social não-popular, qual seja o da própria classe, é possível colocar-se politicamente ao lado do povo. Mas esse compromisso só pode ser mantido de forma correta e continuada somente à condição de existir uma vinculação orgânica mínima do agente com o povo. Por outro lado, o limite desse mínimo, expresso por contactos saltuários, é esse: não permitir um real encharcamento cultural no mundo popular, com o perigo de se tornar apenas uma espécie de turismo.

2) Participação regular. Temos aqui já um modo de inserção mais avançado. Neste, escolhe-se uma comunidade de referência ou de incardinação, cuja vida se acompanha de forma constante ou em cujas práticas concretas (pastoral, sindical, etc.) se toma parte de modo contínuo.

3) Moradia. Morar num bairro popular é uma forma de mergulhar mais a fundo nas condições de vida dos oprimidos. A vantagem desse nível de inserção é a assimilação do universo social, sobretudo cultural, dos oprimidos por efeito de impregnação que ele permite. Aliás, é a esta forma particular que se faz alusão hoje quando se fala em inserção nos meios populares.

4) Trabalho. Eis aí um modo exigente de partilhar da experiência de vida das classes populares. Trata-se aqui de uma inserção no seu mundo de trabalho (produtivo), que marca toda a sua existência de modo determinante. A inserção aqui é tanto mais fecunda quanto mais decisiva e rica a esfera em que se dá.

5) Cultura. A inserção supõe, nesse nível, que se incorpore o estilo e vida de povo na linha do morar, falar, vestir, comer, pensar e até do orar e crer.

Esses são os diferentes graus de inserção. Mas podem se constituir também em formas diversas, não necessariamente escalonadas, de se identificar com o povo. Adota-se esta ou aquela forma em função das condições objetivas e das disposições subjetivas de cada um. Não há dúvida, o próprio processo do trabalho popular compreende uma dinâmica que leva o agente a se aproximar de forma crescente do povo e de suas condições de existência.

Objetivamente nem todas as formas se equivalem: elas oferecem umas mais e outras menos condições de realizar um trabalho popular libertador. Contudo, do ponto de vista subjetivo, uma forma produz mais ou menos frutos também em função da intensidade pessoal com que é assumida. Assim, pode acontecer que uma comunidade de agentes, ainda que more e trabalhe no mundo do povo, venha concretamente a fazer bem menos que uma outra, que só possui com ele relações funcionais em torno de um projeto concreto, mas que nisso se empenha mais a fundo. Mas casos assim não são, em verdade, os normais.

Inserir-se para partilhar e finalmente libertar

É preciso também dizer que a inserção não é tudo. É apenas o ponto de arranque para algo que vem depois e que ela possibilita. Por isso, a inserção não pode ser idealizada como a panacéia do trabalho popular. Ela não é fim: é meio. Ela visa a aliança concreta e prática do agente com o povo e do povo com o agente, sempre em favor do povo. Ela tem sentido na medida em que permite a partilha e o intercâmbio das riquezas e serviços mútuos com vistas à libertação. Pois é a partir da inserção que o agente poderá descobrir seu próprio caráter de classe e se converter, compreender realmente as condições de existência e consciência do povo e contribuir afetivamente para seu crescimento. Por outro lado, é também a partir da inserção do agente no povo que este poderá elevar seu nível de consciência, organização e luta.

Na verdade, o objetivo concreto mais alto tanto da inserção quanto da partilha é realizar o projeto comum de uma sociedade libertada e igualitária, na qual a assimetria estrutural agente-povo seja enfim superada. Tal é o projeto e ao mesmo tempo o processo da relação agente-povo.

Assim, a inserção só pode se entender proximamente dentro da perspectiva da aliança ou diálogo agente-povo e, mais longinquamente, dentro da perspectiva maior da libertação social.

### **O agente popular deve também se inserir?**

Como para a questão da conversão ou definição de classe, a problemática da inserção se refere aqui naturalmente ao agente externo, pois esse problema - como o outro - é principalmente dele.

Contudo, para o agente popular, a questão se coloca também, mas de modo distinto. A necessidade de inserção corresponde para ele à participação nas lutas do povo. É a partir daí que o agente popular se qualifica como tal e não a partir de designações exteriores.

Outra questão do agente popular é, uma vez em função, não se desligar da base, mas continuar enraizado e inserido nela. Pois, como estamos vendo, tal é a condição prévia para um correto trabalho popular. Mas esse já é o objeto mesmo do trabalho popular de que estamos aqui tratando.

## Capítulo 5 – A mística do trabalho popular

Na raiz do trabalho popular e da própria inserção encontramos um conjunto de convicções e motivações fundamentais que fundam e animam o compromisso do agente com o povo.

Tocamos aqui numa zona de profundidade que raramente é explicitada, mas que subjaz na raiz da prática de todo agente. Como chamar esse nível profundo, obscuro e terroso, em que a prática histórica deita suas raízes? Na falta de outra palavra melhor, chamemos isso de mística. Ideologia, filosofia de trabalho, ética ou concepção de vida seriam outras designações, mas menos adequadas para o que queremos aqui explicitar.

Sem mística, qualquer método de trabalho popular se torna facilmente técnica de manipulação e as regras metodológicas acabam se transformando em fórmulas rígidas e sem alma.

Descrevemos aqui os princípios de vida ou as atitudes de fundo que presidem ao método de ação com o povo e que podem se enfeixar sob o nome de mística do trabalho popular.

### 1- Amor ao povo

Povo tem aqui um conteúdo concreto de conjunto de pessoas. É o pessoal, a gente, a comunidade. Não é um conjunto de entidades abstratas e anônimas, que, naturalmente, seria impossível amar.

Sem amor ao povo, sem simpatia e bem querer para com as pessoas do povo, não é possível um trabalho libertador. Para isso, importa um contacto vivo com o povo. Só a partir daí pode se estabelecer com ele uma "conexão sentimental" (Gramsci) que seja fecunda.

Não raro se encontram agentes, mesmo religiosos, que alimentam muitas vezes inconscientemente um profundo desprezo pelos oprimidos, mesmo quando os ajudam com grande dedicação. Mas fazem-no por comiseração, vendo no outro um simples objeto de sua generosidade.

Só a compaixão, como sentimento de identificação afetiva e efetiva profunda, no sentido etimológico do termo, vê no outro o sujeito de um direito, de que foi injustamente lesado, e reivindica o outro como igual a si. A comiseração dá com arrogância, enquanto a compaixão oferece quase pedindo perdão.

Não é muito difícil perceber quando um agente quer realmente bem ao povo e é, por sua vez, querido por ele: é quando as relações entre um e outro são de igualdade fundamental. O sinal mais evidente disso se encontra na liberdade de palavra que o povo tem diante do agente. O falar franco e mesmo crítico é índice de uma relação fraterna e madura.

Passemos por cima do agente autoritário, que odeia e despreza o povo (até seu "cheiro"). Evidentemente, diante dele, o povo tem a palavra presa. Mas com o agente paternalista, que parece amar o povo e ser querido por ele, as coisas não se passam de modo muito diferente. A atitude do povo diante dele é de expectativa, de gratidão servil e de dependência. E o sinal mais claro desta dependência é a palavra-eco, a palavra-reflexo: o povo diz o que o agente espera que ele diga e não aquilo que ele mesmo realmente pensa.

Amar o povo é amar o povo-sujeito e jamais o povo-objeto. F, amá-lo em razão de fim e nunca de meio (Kant), ainda que seja para a "revolução" ou a "sociedade nova".

Querer bem ao povo é querer o seu bem. É lutar por sua igualdade (opta aequalem: Agostinho). É, em suma, buscar sua autonomia. Mais que uma regra, tal é o critério do amor verdadeiro: se ele autonomiza ou escraviza, se liberta ou submete.

Quando falamos aqui em amor ao povo, incluímos nessa atitude de fundo uma carga inclusive afetiva. Na verdade, se na base da relação pedagógica (sempre no sentido da paidéia) não há essa raiz de afeição e ternura, não se vai muito longe. "Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás" (Che).

O trabalho popular há de ser um "ato amoroso" (P. Freire). Ou melhor, há de se desenvolver dentro de um "espaço amoroso". Sem essa atitude espiritual, toda metodologia cai no behaviorismo, transformando-se em tecnologia da estimulação.

### 2. Confiança no povo

Esta motivação fundamental é decorrência da anterior. Pois amar o outro como sujeito é amar suas possibilidades e seu futuro. É amar o que ele é, para que venha a ser o que pode e deve ser.

O agente não ama o povo porque este é oprimido. Seria isso pietismo. O agente o ama porque, sendo livre, está oprimido. Ama-o porquê deveria ser reconhecido e se encontra humilhado.

Na verdade, a pobreza do povo é empobrecimento. Sua fraqueza é enfraquecimento. Sua ignorância é desconhecimento. Não que o povo tenha sido já uma vez rico, forte e sábio. Não. O que há é que ele foi proibido de se desenvolver, impedido de crescer, reprimido em suas potencialidades e coibido em suas aspirações.

Por isso mesmo, todo trabalho popular é uni trabalho de libertação, agora no sentido material do termo: desobstrução, desimpedimento do que tolhe a vida e o desenvolvimento.

Ora, acreditar nas potencialidades do povo e em seu destino histórico faz parte das convicções mais profundas do agente realmente popular. E se a essa convicção vêm se acrescentar motivações de ordem religiosa (o povo corpo Povo de Deus, etc.) então ela se potencia ao extremo.

Por isso, ao pé do trabalho popular deve haver essa confiança básica no povo. Confiança em sua sabedoria e capacidade de compreensão. Confiança em sua generosidade e capacidade de bata. Confiança em sua palavra.

Evidentemente, a confiança no povo não é ingenuidade e irresponsabilidade. Existem as preparações e precauções necessárias. Mas todas essas providências pedagógicas tomam lugar no seio dessa atitude primeira: confiar no povo como sujeito principal da história. O contrário disso é o medo. E medo do povo só o têm os déspotas, por sua força, e os dirigentes paternalistas, por sua pretensa fraqueza.

Portanto, mais que uma força atual, o povo detém um potencial, uma força em reserva, à espera de sua ativação e pronta para seu desdobramento. Trata-se de um "potencial político". E também de um "potencial evangelizador" (Puebla, 1147).

Esta confiança básica na, força (potencial) do povo dá ao trabalho popular um tom de esperança e mesmo de alegria fundamentais.

### **3. Apreço ao que é do povo**

Apreciar as coisas do povo tem aqui o sentido, por sinal popular, de observar com simpatia, de olhar degustando o que se está vendo.

Não se trata aqui de uma observação curiosa e interesseira, mas de uma atenção afetiva e interessada às coisas da vida do povo. E perceber e valorizar as manifestações positivas da cultura popular.

De antemão, o popular merece que seja considerado coxa simpatia. Usar aqui sistematicamente a presunção da alienação é falsear todo o relacionamento do agente com os modos de vida do povo.

Sabemos que o discurso do povo é o discurso da própria vida e que é mais gestual que verbal. Por isso mesmo, importa sobretudo observar. E também escutar. Mas escutar com um terceiro ouvido, tentando perceber sob o discurso manifesto o discurso latente. O que o povo diz interessa menos do que aquilo que ele quer dizer.

De fato, o caráter metafórico ou transferencial é característico da linguagem popular: o povo diz uma coisa para significar outra. De resto, isso faz parte de sua manha ou tática astuciosa. Ingênuo seria o agente que interpreta tudo literalmente, declarando então, do alto de sua cátedra pretensiosamente "crítica", que o povo está mesmo totalmente alienado...

É preciso, pois, observar com cuidado os jeitos e gestos do povo. Mais: é preciso conhecer a história das lutas da comunidade no seio da qual se trabalha. De fato, a intervenção do agente se dá dentro de um processo de luta que já foi desde sempre iniciado pelo povo. O agente não é um inaugurador, mas um continuador. Não um fundador, mas um seguidor. Não um pai, mas um irmão. Não um senhor, mas um companheiro.

Portanto, é a partir, na base e no prolongamento da caminhada do povo, desde sempre já em curso, que se coloca o contributo próprio do agente. Desconhecer a luta da comunidade é muitas vezes engancha a própria contribuição no aéreo dos próprios projetos abstratos. A história não começa com o agente, mas sim com o povo. Com o agente pode dar um passo em frente, por vezes decisivo, mas sempre a partir de etapas anteriores.

Certo, é necessário ter um conhecimento crítico e global do sistema social em que uma comunidade se insere. Mas tal saber permanece abstrato se não serve para interpretar corretamente o sofrimento e a luta do povo em questão.

Esse entendimento crítico da realidade popular permite também discernir entre, de um lado, o que é próprio do povo ou apropriado por ele e usado em função de seus interesses, e, do outro, o que é *antipopular*, disfuncional e alienaste. Mas tal discernimento se faz a partir da valorização anterior de fundo pelo que é do povo.

Em suma, um trabalho popular só é radicalmente libertador quando arranca dessa raiz: uma atitude acolhedora e positiva por toda manifestação do espírito do povo: modos de falar, de morar, de educar os filhos, de vestir, de cozinhar, de comer, de ajeitar a casa, de se divertir, de trabalhar, de amar, de cuidar da saúde, de tratar dos velhos, de se relacionar com os poderosos, de imaginar Deus e os Santos, de rezar, etc.

Pois é apoiado em sua cultura e no seio de seu horizonte maior que o povo busca sua afirmação social e histórica.

### **4. Serviço ao povo**

O agente que vai ao povo só pode ir movido por um espírito de serviço, no sentido de se colocar à disposição do povo e de seus interesses verdadeiros.

Essa atitude implica em assumir uma posição hétero-centrada, ou seja: voltada para o outro e para sua libertação. Servir significa assumir um papel subalterno, colocando-se não à frente, mas ao lado ou no meio do povo. Sem uma atitude pessoal e profunda de serviço não há lei ou mecanismo que impeça a manipulação do povo pelo agente.

Servir jamais pode significar uma relação de condescendência, a qual muitas vezes esconde um desprezo sutil e inconsciente para com o povo. Servir é mais trabalhar com o povo do que para o povo.

Na verdade, entre a disposição subjetiva, generosa e séria, de servir e a realização objetiva da mesma há mil armadilhas. Servir ao povo facilmente toma a forma de servir-se do povo. Viver pelo povo muitas vezes não passa de um viver do povo. E aqui aparece o vício do paternalismo.

Contudo, há um critério infalível para desfazer todos os equívocos do serviço: se com ele se cria mais autonomia ou mais dependência; se ele liberta ou se amarra.

Existe, sim, uma autêntica troca de serviços (no saber, poder e ter) entre o agente e a comunidade. Mas esta troca - e isso é importante notar - não se dá entre dois termos homogêneos. Pois agente e povo não são entidades com a mesma posição e, portanto, com o mesmo peso histórico. Trata-se, por conseguinte, de uma troca desigual. O agente coloca suas capacidades a serviço de um projeto maior, que é o do povo. Não é o povo que entra no projeto do agente, mas é este que entra no do povo. O todo maior não é o agente, mas sim o povo. O povo não foi feito para o agente mais sim o agente para o povo.

Com a disposição ética e espiritual do serviço, o agente coloca o povo no centro de suas atenções. Mas trata-se, mais uma vez, do povo-sujeito e não do povo-objeto. E colocar o povo-sujeito no centro é considerá-lo dono de seu destino e artífice de sua caminhada. É, em suma, levar a sério sua liberdade e sua autonomia, sua potencialidade e sua esperança.

Não que se exija aqui a entrega da personalidade do agente (*sacrificium personae*), mas justamente sua incorporação no processo de libertação a título de membro vivo e atuante, que serve se afirmando e se afirma servindo.

## 5. Respeito à liberdade do povo

Considerar o povo como sujeito, confiar nele e em seu potencial histórico implica em respeitar o povo quanto à sua palavra, sua caminhada e sua iniciativa.

Em primeiro lugar, o povo deve ser respeitado em sua palavra. Seja lá o que diga, mesmo de alienado ou conservador, o povo deve ser ouvido com atenção e respeito.

Nada mais deseducativo do que, com palavras ou gestos, exprimir desdém, aborrecimento ou aversão a respeito da opinião - qualquer que seja - de alguém do povo. Tal atitude inibe a pessoa, reduz-la ao mutismo e a afasta do trabalho comum.

Não que esse respeito implique automaticamente aprovação. Mas qualquer crítica que se possa ou deva fazer a uma palavra do povo só se mostra construtiva na base e a partir de uma atitude fundamental de respeito e escuta anteriores.

De fato, a conscientização é um processo de autoconscientização, ou melhor, de interconscientização. Não é inculcação doutrinária ou matracagem ideológica. Ela se dá no diálogo entre todos, agenciado pelo agente. Por isso mesmo a palavra do povo deve ser dita e ouvida em plena liberdade.

Nesse sentido, a *parresia* que reinava nas assembléias políticas gregas e no anúncio dos primeiros cristãos (At 4,13, etc.), ou seja, o falar franco, sinal e meio de liberdade, exige, em contrapartida, escuta respeitosa e atenta.

Em segundo lugar, respeito pela história do povo e por sua prática em curso.

Sabemos que o povo não é um espaço virgem, mas um terreno balizado por ações passadas e presentes. Pois bem, é da maior importância reconhecer e valorizar ao máximo esse capital de lutas e de saber (inclusive religioso) acumulado pelo povo. Só assim é possível eventualmente reinvestir esse capital em cima de práticas e de propostas que avancem para a libertação ou de reforçar sua caminhada com a contribuição própria do agente.

Em terceiro lugar, respeito pela iniciativa do povo. Alude-se aqui às propostas ou sugestões do povo (da base) e à sua ação criativa e espontânea.

Ora, o povo é, em última instância (não em primeira), juiz de seus interesses e ele é também o agente principal (não único) de sua execução.

Não que o agente não deva problematizar e mesmo pessoalmente desaprovar iniciativas populares, mas, para ter esse direito, ele deve começar por respeitar a liberdade de iniciativa do povo e sua decisão final.

Evidentemente, junto com o respeito, e mais na base ainda, importa nutrir uma atitude de escuta, uma disposição ao aprendizado à crítica e à correção por parte do agente. Isso tudo significa humildade, *kenose* (esvaziamento) e abertura à *metanóia* (conversão). Pois é nesse chão profundo que lançam suas raízes e radículas as práticas e as estruturas de dominação do homem pelo homem. E aqui é preciso ser radical. E a raiz do homem é seu coração, ou seja, sua liberdade.

## Mística da libertação integral

Eis aí algumas atitudes fundamentais que estão por trás do trabalho popular e que configuram uma espécie de mística desse trabalho. Damo-nos conta de que, no fundo no fundo, trata-se aqui de uma espiritualidade, embora sob traços seculares. Efetivamente, aqui é o espírito que está em questão.

E tal questionamento atinge sua radicalidade máxima quando reveste a forma religiosa, como pudemos intuir ao longo da exposição acima, em particular no último ponto. Por isso, a mística acima só atinge sua expressão plena como mística religiosa, especialmente como mística evangélica.

De resto, a própria mística do trabalho popular se funda numa visão geral do mundo e da história. A visão pressuposta aqui é a de um mundo e uma história abertos ao transcendente. É a de um humanismo radical, por outras, a de uma libertação integral. Por isso, o trabalho popular, para ser verdadeiramente político, tem que ser mais que simplesmente político: tem que ser radicalmente humano e por isso também religioso. Tal é a pressuposição fundamental de tudo o que aqui se diz quanto ao trabalho popular de conteúdo prevalentemente (embora não exclusivamente) político.

## Capítulo 6 - Ação / reflexão - método do trabalho popular

Tornamos aqui método como o conjunto de regras ou diretrizes práticas que servem para orientar uma ação concreta, no caso o trabalho do povo.

Essa intenção é, talvez, por demais pretensiosa. Por isso, seria, melhor falar em linhas de ação, pistas ou simplesmente de indicações ou balizas práticas para a ação concreta.

O que aqui vai se expor provém da experiência e reflexão do trabalho popular. É esta mesma experiência refletida que sustenta e legitima as indicações que aqui vão se dar.

Nosso esforço será apenas de recolher estas lições da prática, de explicitá-las e organizá-las.

É preciso também dizer que o trabalho popular tem aqui um caráter decididamente político. Falando mais claramente, ele visa a transformação da sociedade. Não que a política seja tudo, mas tal é mais premente desafio histórico (não certamente o único e nem o principal em si) que o povo oprimido está vivendo hoje.

Trataremos a seguir do trabalho popular em geral, deixando a questão da pastoral popular para mais tarde.

Como se dá o trabalho popular? Ele se dá dentro deste quadro geral: *a combinação entre ação e reflexão*. Fala-se também na dialética práxis/teoria. De fato, as questões sociais se resolvem através da *prática* e da *compreensão* da prática (cf. tese VIII de Marx sobre Feuerbach).

Portanto, é nesta articulação entre as mãos (agir) e a cabeça (pensar) que se dá o trabalho com o povo no sentido de mudar as relações sociais. Esta é a "junta" que puxa o carro da história. A união da prática e da teoria é a relação motora do trabalho popular. Uma prática sem teoria é uma prática cega ou, no máximo, míope. Não enxerga bem ou não enxerga longe. Enfia os pés pelas mãos e não vai à raiz dos problemas. Isto é: degrada-se em ativismo e, na melhor das hipóteses, em reformismo (muda coisas do sistema, mas não muda o próprio sistema).

Não se resolvem os problemas apenas com o esforço, a luta e o compromisso, "enfrentando", "botando pra quebrar", "na marra". É preciso ainda a inteligência da situação para ver as possibilidades de ação. Caso contrário, o que se faz é "dar murros em ponta de faca". É o que se chama "voluntarismo". Ora, nem tudo depende da boa vontade ou da força de vontade.

É evidente: é menos possível ainda resolver os problemas ficando em discussões infundas e propostas "radicais". Pois nada substitui a ação direta e concreta. De fato, uma teoria sem prática é ineficaz para mudar o mundo. É como ter olhos e não ter mãos. E só a prática, como ação concreta, que transforma o mundo. E a teoria existe em função da prática. Esta deve sempre ter a primazia sobre toda reflexão.

Portanto, todo o trabalho popular necessita dessas duas coisas, ligadas entre si: teoria (reflexão, estudo, análise, compreensão) e práxis (ou prática, ação, compromisso, luta).

Trata-se mais exatamente de dois momentos de um mesmo processo ou de dois tempos de uma mesma caminhada libertadora. Importante é que esses dois momentos estejam sempre articulados ou interligados entre si. Assim, a ação deve estar sempre iluminada e orientada pela reflexão e a reflexão, vinculada e referida à ação (feita ou a se fazer).

Em resumo, pode-se dizer que todo o trabalho popular, como trabalho político, se processa dentro da dialética teoria-práxis. Ele compreende a formação da consciência e a formação da experiência ou ação. Ação lúcida e lucidez ativa.

## Capítulo 7 - Como iniciar um trabalho com o povo

Eis aí uma pergunta concreta e freqüente. Aqui vão algumas sugestões indicadas pela prática.

### 1. Participar da caminhada

Antes de qualquer trabalho com o povo, importa - e é bom aqui repeti-lo - estar, de alguma forma ou de outra, *inserido* no meio do povo. É preciso estar participando de sua vida, nem que seja apenas por contatos e visitas. E só a participação na vida e na luta do povo que dá base a uma pessoa ou agência começar um trabalho junto a ele. Pois é só dessa maneira que uma pessoa ou agência ganha a confiança do povo e adquire poder de convocação e mobilização popular.

Esse é o primeiro momento do trabalho popular: tomar pé na realidade, banhar-se no ambiente em que se vai trabalhar. Esse passo pode tomar a forma mais elaborada de uma sondagem em torno de algum problema (saúde, religião, etc.) sentido pela comunidade em questão. Convém, contudo, que tal empresa envolva, o quanto possível e desde o início, a participação de gente da própria comunidade.

É evidente que as coisas são mais fáceis quando alguém entra num trabalho já iniciado por outros, pois

ai basta acompanhar por um tempo os que já estão aí envolvidos.

## **2. Partir dos problemas reais**

Os problemas sentidos pela comunidade aparecem como particularmente reais quando tomam a forma de um conflito, de uma necessidade premente, de um anseio ou demanda, de um interesse concreto. É da terra da realidade, especialmente da realidade contraditória, que pode nascer um trabalho popular promissor. Pois é em torno de necessidades ou interesses vitais que o povo pode se mexer, e não a partir de esquemas e propostas de cima ou de fora, por melhores que sejam.

## **3. Encaixar-se o quanto possível na caminhada do povo**

A ação do agente busca se enxertar sobre as iniciativas, lutas e mesmo ações embrionárias já em curso. Daí a importância de descobrir, já desde o primeiro passo, o modo como o povo está reagindo aos problemas que tem. Não se trata, pois, de criar coisas paralelas às do povo ou de começar tudo do zero absoluto, quando já existem respostas ou elementos de resposta para o problema em pauta. O quanto possível, importa sempre aproveitar o que já existe e, a partir de dentro, desdobrar esse primeiro embrião. Pode tratar-se de uma ação dita espontânea porque não ou pouco organizada. Pode ser um grupo já existente, uma associação determinada, com seus dirigentes populares próprios.

É evidente que, com respeito a este ou aquele trabalho, é possível que não haja realmente nada numa comunidade definida (alfabetização creche, sindicato, Comunidade eclesial de base, etc.). Então é preciso começar, mas sempre a partir de algum ponto de inserção, sobre o qual se enxerta a própria proposta.

## **4. Convocar a comunidade**

É preciso, finalmente, tomar a iniciativa e chamar o povo para um encontro. Nada dispensa o chamado à reunião. É a experiência que o diz. Alguém deve começar e levantar a voz. E isso pode fazê-lo só quem vê o problema em questão e consegue exprimir claramente o que um grupo sente indistintamente. É esse o animador e não quem se dá por tal (por isso, essa competência se ganha no processo).

Reunidas essas condições e reunido enfim o grupo em torno de um problema definido, está deslançado o trabalho popular. É preciso ainda ver como prosseguirá. É o assunto dos pontos seguintes.

# **Capítulo 8 - (I) Metodologia da educação popular: condições internas**

Dissemos que o trabalho popular se processa em dois momentos: reflexão e ação. O primeiro momento (reflexão) tem um cunho essencialmente educativo. Consiste, em verdade, numa atividade teórica, visando o entendimento da realidade, a conscientização. É essencialmente um "ato de conhecimento". Trata-se aqui da educação popular. Mais à frente, abordaremos o segundo momento - a da ação direta - de cunho essencialmente prático e às vezes político ("ato político").

Não há dúvida: o primeiro momento inclui também uma dimensão prática (e mesmo política) e o segundo, por sua vez, compreende uma significação educativa. Contudo, cada um possui sua especificidade, que não é bom confundir. De fato, refletir não é agir, mesmo quando se reflete a partir e em função da ação. Igualmente, agir não é refletir, mesmo quando se age a partir da reflexão e se age pensando.

Alguns elementos compõem o contexto da parte propriamente educativa do trabalho popular. São as condições que acompanham e enquadram o processo da educação popular.

## **1. Diálogo**

Toda educação se passa numa dinâmica de diálogo. Não é preciso aqui retomar todo Paulo Freire, mas lembrar alguns pontos importantes.

Em primeiro lugar, importa evitar todo endoutrinação, que é o de enfiar na cabeça do povo sistemas de idéias ou esquemas de ação já montados. Educar não é endoutrinar. Evitar, pois, todo autoritarismo pedagógico. Essa forma de educação, que consiste em transferir o conhecimento do agente para o povo, foi chamada de "concepção bancária" da educação. Esta "conduz forçosamente à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais está por cima da sociedade" (Tese III de Marx sobre Feuerbach). É, portanto, uma forma autoritária de educação, pois supõe que uma parte saiba, fale e ensine e a outra ignore, escute e aprenda.

A isso se contrapõe outra idéia de educação - a dialógica ou dialogal. Nesta, o agente e o povo refletem juntos, coletivamente, sobre os problemas comuns. Já que se trata de questões que tocam a todos, todos têm coisas a dizer e comunicar. Trata-se, pois, de fazer sempre uma reflexão coletiva, uma discussão participada por todos.

O papel do agente aqui é animar o debate e estimular a participação de todos no mesmo. É facilitar que a palavra corra livre e solta, como a bola num futebol bem entrosado.

O diálogo se aprende. Ele está situado entre a conversa informal (como a que se passa numa família ou num botequim) e o discurso (de um político ou de um professor). O diálogo exige uma certa disciplina: a de

escutar e falar (sem acavalamentos) e a de centrar o debate em torno de um problema definido (sem fazer digressões). Daí a importância do papel do animador ou coordenador.

Note-se que o diálogo se faz em torno da prática. A prática é a referência constante do diálogo e não idéias ou ideais. Quando dizemos prática dizemos "realidade" ou "vida" do povo. "A vida social é essencialmente prática" (Tese VIII de Marx sobre Feuerbach).

A prática é mediação pedagógica. O povo aprende fazendo. Importa, pois, tirar as lições da vida. Para a maioria do povo, o aprendizado não passa pelos livros, mas pela realidade viva. A mediação não é cultural (escola, biblioteca, leituras, etc.), mas prática. Não é tanto pelo "Capital" de Marx que o trabalhador saberá o que é exploração, mas sobretudo por sua própria experiência de fábrica e sua luta no sindicato. Não é simplesmente por argumentos que o povo se convencerá de que tem força e pode se libertar, mas antes por sua ação concreta e efetiva (uma greve, uma manifestação de rua, etc.). "É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, o poder, a concretude de seu pensamento" (Tese II de Marx sobre Feuerbach).

Educar não é convencer. É pensar a própria práxis. Não é com razões que se poderá provar ao povo quem são os opressores, mas com ações concretas e com reflexões sobre elas.

Claro, a ação por si só, sem reflexão, não educa. Para ser educativa, a ação precisa ser digerida, assimilada. E essa é a função da reflexão. Mas de uma reflexão "em mutirão", ou seja: dialogada.

Esse laço da reflexão com a ação não deve ser entendido de modo rígido. Essa relação vale em geral, de modo que a referência à ação deve ser a prática pedagógica normal no trato com o povo. Mas não há dúvida: o povo pode também aprender com a experiência histórica e social dos outros (e não só da própria), projetar uma prática (e não só pensá-la a posteriori), fazer deduções lógicas (e não só induções), etc.

Seja como for, uma idéia só se fixa na alma do povo quando se enraíza no chão de sua própria vida. Se este chão não está preparado, pouco adianta semear.

Digamos também, para evitar toda confusão, que quando falamos aqui de práxis como mediação pedagógica trata-se de uma práxis falada e refletida. Não se trata nesse momento da práxis concreta como tal. Pois uma coisa é a práxis como objeto de reflexão e outra é a práxis como ação direta. É nessa ambigüidade que cai a expressão: "A educação se dá na práxis". Pois no momento educativo, que é o da reflexão, a práxis aparece evidentemente como assunto de conversa. Isso supõe necessariamente um distanciamento da práxis direta como tal. Nesse primeiro momento, fala-se em torno da práxis, mas não se "pratica" ainda concretamente. Contudo, é essa fala sobre a práxis que permite dar à práxis direta um conteúdo e uma direção conscientes.

## **2. Participação**

Nunca se enfatizará demais a importância da participação viva de todos na reflexão. Viver em comunidade ou sociedade é participar. Política é basicamente participação.

Tudo começa com a participação na palavra, no diálogo, nas decisões. Numa reunião de reflexão não há apenas um treino ou preparação à vida política. Já se dá aí vida política na medida em que acontece a partilha do saber, do pensamento e dos projetos.

Independentemente dos conteúdos (se são diretamente políticos ou não), uma reunião deve mostrar, por sua dinâmica participatória, que se trata de democracia, do poder popular. E isso, mesmo quando se cuida de programar uma procissão ou um piquenique.

De fato, a luta não é apenas contra os agentes da opressão, externos ao povo, mas também contra as relações de opressão, internas ao povo, à sua consciência e à sua prática quotidiana. Política é participar, é lutar contra toda opressão, seja encarnada em agentes concretos, seja em comportamentos determinados. Por isso, a política se dá também na vida quotidiana, desde uma conversa até à arrumação de urna sala.

Desse ponto de vista, é preciso prestar muita atenção na contradição que ocorre freqüentemente entre uma proposta libertadora e um processo autoritário que visa implementá-la; entre uma meta democrática e um método impositivo.

Ora, deve haver homogeneidade ou coerência entre uma coisa e outra: entre conteúdos e formas, projetos e processos, metas e métodos. Impossível fazer a democracia, "prendendo e arrebatando". A libertação acontece no caminho ou não é libertação. A igualdade começa já ou nunca vai acontecer.

Donde se vê que a política como participação é uma dimensão interna de toda prática coletiva: familiar, religiosa, etc. Contudo, isso não elimina, antes completa, a questão da prática política específica, com conteúdo, formas e objetivos próprios. Pois essa é a grande questão e a causa principal da educação hoje.

## **3. Comunidade**

A educação se dá no contexto da comunidade. Esta é o espaço do diálogo. Espaço e sujeito. A comunidade é como um "intelectual coletivo". E junto que o povo se educa. Um é professor do outro. Um é aluno do outro. No grupo se dá a partilha das experiências e das lições que a vida ensinou. Como o povo é "sujeito histórico" do poder, assim é também o "sujeito coletivo" do saber.

O grupo de reflexão é como uma "escola popular" em que a gente do povo é ao mesmo tempo educadora e educando. O texto do aprendizado é o livro da vida. Por isso, o diálogo se dá em torno da vida



(problemas e lutas).

O agente aí é parte do processo, mas parte específica. Ele tem o papel particular de facilitar a partilha ou a socialização do saber popular. O agente é um agenciador da palavra coletiva. Ele é um articulador: coordena as pessoas entre si e as pessoas com o assunto da vida (ou da práxis).

Sem dúvida, o agente pode provocar a comunidade a dar um salto em frente. Fazendo parte do grupo e de sua caminhada, ele pode e deve contribuir para o crescimento da comunidade através do que ele mesmo vê e sabe. Essa função se exerce especialmente no momento da decodificação ou compreensão crítica e sistemática da realidade, como veremos mais adiante.

A comunidade aparece, portanto, para o trabalho popular como a grande mediação pedagógica - mediação como espaço e como instrumento. De fato, ela é mediação:

- de *conscientização*: nela e por ela se ganha uma consciência cada vez maior e mais crítica da realidade;

- de *participação*: nela e por ela aprende-se a entrar no jogo do dar e receber, do falar e escutar, do agir e ser agido, enfim de assumir o próprio lugar e papel na transformação coletiva da realidade;

- de *solidariedade*: nela e por ela adquire-se consciência de classe e se constrói a união em torno de um mesmo projeto de base;

- de *mobilização*: nela e por ela descobrem-se, assumem-se e enfrentam-se os desafios comuns, etc.

Donde se pode apreender a importância do grupo como unidade pedagógica, ao mesmo tempo palco e ator da própria consciência, como há de sê-lo da própria existência.

## Capítulo 9 - Método de reflexão com o povo – primeiro tempo: ver

Usamos aqui os três tempos do método da reflexão: ver, julgar e agir. Esse método começou com a Ação Católica, mas é agora usado mais ou menos sistematicamente nos documentos episcopais latino-americanos, na "Teologia da Libertação" e na pastoral popular (CEB's, etc.).

Trata-se de um método simples, prático e já largamente difundido. Na verdade, para alguém de seu uso pastoral ou católico, ele exprime o movimento mesmo da conscientização. Além disso, ele traduz convenientemente os ganhos concretos da reflexão sobre a educação popular e tem a virtude de disciplinar, sem forçar, o diálogo popular no grupo.

O primeiro tempo da reflexão em grupo (ver) corresponde justamente à necessidade de "partir da realidade". A reflexão engancha exatamente aí: no concreto da vida.

O diálogo arranca, portanto, das "questões", "problemas", "desafios", enfim da "vida concreta" do povo. Esta é, aliás, a prática da educação popular. Parte-se sempre da questão: "Qual é o problema?", "Quais são os maiores desafios sentidos pelo povo do lugar?", "Quais as lutas?", etc.

O método aqui parte "de baixo", "das bases". Fala-se também em "método indutivo", por deslanchar antes de fatos que de doutrinas.

Essa prioridade dos "problemas", "fatos" ou "vida" é uma prioridade puramente metodológica e não axiológica (moral) ou religiosa. O primeiro da reflexão ou na ação não é necessariamente o primeiro na intenção ou no desejo.

### Realidade: nem objetivismo nem subjetivismo

"Partir da realidade" parece mais claro do que é. Que é essa "realidade" de que se deve partir e em torno da qual se vai dialogar? É a realidade *do povo*, isto é, a realidade tal como o povo a vive e sente.

Portanto, não se trata, em primeiro lugar, de uma realidade bruta e externa, tal como um analista de fora pudesse apreendê-la, ou tal como o agente externo a entenderia. Não, trata-se da realidade que envolve o povo e na qual o povo está envolvido. Aqui, convém evitar a ilusão do *objetivismo*, que entende a realidade como algo de meramente objetivo, de exterior ao povo.

Não se trata também da realidade tal como se exprime nos desejos expressos, nas expectativas manifestas e nos interesses imediatos do povo. A questão donde arranca, o processo da reflexão conscientizadora não é: "O que é que vocês querem?" Se se entra por aí, cai-se no *subjetivismo*, onde se movem as idéias alienadas do povo, seus sonhos utópicos e seus desejos falseados.

É claro, se o grupo manifesta um desejo ou expectativa determinada deve ser respeitado e levado a sério. Mas o agente tem o dever de questionar tal desejo, de problematizar tal expectativa. Há que partir evidentemente daí enquanto ponto de partida tático ou didático. É possível que, na discussão questionadora, tal expectativa se mostre insistente e consistente. Então, há que tomar aquele ponto como ponto de arranço metodológico.

### Realidade: problemas e lutas do povo

"Partir da realidade" é, em primeiro lugar, partir de situações que afetam a vida do povo. Trata-se aqui de problemas que são sentidos como "desafios" e que pedem solução. Trata-se particularmente de "conflitos" que atingem a vida do povo e exigem uma tomada de posição.

"Partir da realidade" é, também, partir das respostas que o povo está dando aos problemas e conflitos. São suas lutas: de fuga, resistência ou avanço. Aqui se levam em conta as práticas concretas do povo. Trata-se aqui de perceber o aspecto positivo da realidade: as reações do povo às suas dificuldades reais.

Pela reflexão das práticas e lutas do povo se pode captar tanto o nível de consciência como o estado de existência em que se acha uma comunidade determinada. Pois é na prática que se revela e se dá a união entre o aspecto subjetivo (intenção, saber, significação) e o aspecto objetivo (circunstância, condições, situação) da "realidade concreta" em que vive o povo.

É preciso, portanto, não esquecer de incluir na "realidade do povo" a componente importante que é a sua prática: reações, respostas e lutas do povo. Não se fixar, pois, apenas nas situações objetivas. Aliás, para um grupo que já tem uma certa caminhada, as práticas já fazem parte integrante o mesmo principal da própria situação. Pois aí, a situação não é mais tanto a opressão sofrida ("problemas"), mas a reação ativa à opressão ("lutas").

E isso é tanto mais importante quando se quer caminhar em linha de continuidade com o que já existe, mesmo germinalmente, na caminhada do povo.

### **Revisão de um trabalho**

"Partir da realidade" pode ser, em certos casos, partir de uma ação determinada em termos de revisão ou avaliação. Nesta se toma uma operação bem definida para ser submetida a crítica e ao discernimento.

A importância de avaliar um trabalho é situá-lo dentro de uma trajetória ou de um projeto mais amplo. Pois é aí dentro que ele adquire um sentido: se significa um avanço, um desvio ou, quem sabe, um recuo. Sem isso, o trabalho arrisca de se perder como algo de isolado e anedótico.

A revisão deve evidentemente ser feita em conjunto, com todos os envolvidos, inclusive para se perceber como se deu o envolvimento de cada parte (comissões várias, etc.) no todo.

Além disso, a avaliação tem a virtude de resgatar retroativamente erros cometidos na execução. Pois um erro reconhecido e corrigido é um acerto. Um fracasso assumido já é um passo em frente. Nada há de irreversível e definitivamente perdido em termos de processo histórico.

Naturalmente, não basta assumir os erros moralmente. É preciso ainda e sobretudo descobrir racionalmente suas causas. Só assim se poderão deles tirar lições para evitá-los no futuro.

Na verdade, o erro não deve ser entendido como o contrário da caminhada, mas como parte integrante e inevitável da mesma. Impossível haver percurso sem acidentes ou obstáculos. O realismo manda contar com eles e não se decepcionar ou desesperar quando acontecem.

Essa concepção do erro vale sobretudo para o agente externo, especialmente religioso. De fato, o agente externo custa se habituar a este fato: que o povo vive na opressão; que é continuamente reprimido e vencido; que sua condição dominante é a de ser constantemente derrubado no chão, embora se levante sempre; que vive sendo derrotado, ainda que não destruído.

E isso vale mais ainda para o agente pastoral. Pois este parece ter mais dificuldade em admitir o risco (por excesso de "prudência") e em absorver o erro (por zelo exagerado de "pureza").

Mas esta parte negativa é apenas um aspecto da revisão. Importa perceber também e mais ainda os pontos de luz, os sinais de vida e as forças de esperança, por menores que sejam, dentro da caminhada maior.

De resto, tal é a descoberta ulterior que faz o agente externo quando convive com o povo. Superado o choque inicial à vista da opressão permanente do povo, ele se dá conta que o povo oprimido tem uma intensidade de vida impressionante. Isso ele pode notá-lo na capacidade de sofrer, na generosidade em lutar, nas amizades, nas relações familiares e amorosas, nas festas e devoções, etc. Verá então que tudo isso revela uma força e um vigor que deixam para trás, de anos-luz, a vacuidade, frivolidade e balofo da vida burguesa e de suas manifestações.

Uma condição importante quanto às revisões é o agente (mas isso vale para todos) *manter a solidariedade a todo preço com o povo*, também e sobretudo nos momentos de fracasso. Mesmo no erro, a presença do agente é fundamental, não certamente para se solidarizar com o erro, mas para ajudar a comunidade a assumi-lo e resgatá-lo. É só nesse sentido e com essa intenção que vale o dito: "É preferível errar com o povo que acertar sem ele".

Nesse contexto tem lugar também a autocrítica, na medida em que é sincera e livre, e a hétero-crítica, na medida em que é fraterna e respeitosa.

## **Capítulo 10 - Segundo tempo: julgar**

o que dissemos há pouco sobre a avaliação de um trabalho já tinha-se antecipado a este segundo tempo: o julgar. Mas nisso não há problema. O ritmo em três tempos: ver, julgar e agir não deve ser aplicado de modo rígido. O mais das vezes esses três momentos se superpõem nas diferentes intervenções. E isso sem inconveniente, antes oportunamente. A importância da distinção não está na sua sucessividade (que pode ter uma utilização prática, ou melhor, pragmática, tal como organizar e disciplinar o desenvolvimento de um encontro), mas em indicar, se não os tempos, pelo menos os elementos ou níveis

essenciais de uma reflexão: os dados ou descrição de uma situação (ver), sua análise (julgar) e a ação que se impõe em consequência.

"Julgar", nesse segundo momento (ou elemento), tem valor de analisar, examinar, refletir o que há "por trás" do que aparece, o que tem "por baixo" do que está acontecendo.

Esta tentativa de superar as aparências é que define a "consciência crítica". Trata-se de ver e captar as causas ou "raízes" da situação.

Isso é necessário, porque a realidade social, a partir da qual se arranca, não é simples e transparente. Ela é complexa, contraditória e opaca.

Esta tarefa é realizada, como sempre, em conjunto. Mas não é simplesmente à força, de refletir que se chega às razões dos problemas. Além de diálogo é preciso dialética. O passo "transitivo" da "consciência ingênua" à "consciência crítica" não se dá espontaneamente. Donde o papel indispensável do agente. Pois sem teoria crítica não há práxis transformadora.

Este tem uma função particularmente importante no momento exato da explicação ou compreensão do assunto em pauta: uma situação ou uma luta. Aqui não basta "trocar idéias". Precisa-se estudar e aprender.

### **O grau de consciência possível**

Em termos metodológicos, trata-se de passar da "consciência real" para a "consciência possível". Ou seja: o que importa é ver qual é o passo que a comunidade deve dar em frente para ver melhor e mais claramente possível. Fala-se aqui também em "elevar o nível de consciência" do povo.

A noção de "consciência possível", ou do "novo passo" ou "nova luz" no processo de conscientização é importante para se fazer frente a toda tentativa de doutrinarismo que quer enfiar na cabeça do povo todo um sistema teórico, uma ideologia pré-fabricada. Uma teoria social global (tal a análise dialética) se transforma em dogmatismo quando é usada assim, de modo catequético e dogmático.

É claro que o agente tem por obrigação oferecer ao povo ou colocar à sua disposição instrumentos teóricos de interpretação social. Mas isso deve ser feito pedagogicamente, isto é: segundo o interesse do povo e ao modo dele. Assim, a popularização da análise crítica da realidade social deve seguir os interesses, o ritmo e a cultura (ou modo de ser e pensar) do povo. No fundo, a questão da teoria crítica diz sociedade não está sendo atualmente o que, mas o como. Não é tanto questão de ciência quanto de pedagogia e metodologia.

E é evidente que o "grau de consciência possível" vai junto com o "grau de ação possível". É preciso, pois, proporcionar o grau de consciência às exigências da própria realidade e prática.

Agora, se o agente acelera artificialmente a formação da consciência com relação ao processo da prática concreta, cria-se aí um descompasso perigoso, uma espécie de contradição entre a cabeça e as mãos, entre a teoria e a prática. Essa defasagem leva às formas estereis de radicalismo: revolucionarismo, conspiracionismo, revolta, utopismo, etc.

### **Percepção crítica do sistema como um todo**

Em termos de método, talvez se deva aqui levar mais em conta a diferença entre as duas fases fundamentais da consciência: a ingênua é a crítica, com suas respectivas dinâmicas.

Pois é de se notar que "novo passo" não significa apenas saber mais alguma coisa acerca da própria realidade. Isso vale numa primeira fase, até que se dê o salto qualitativo da "consciência crítica". Esta, já de posse a uma visão geral da sociedade, passa a questionar o sistema todo. A partir de então, "novo passo" é uma nova luz e uma compreensão maior do mesmo sistema em sua globalidade.

Por isso mesmo nada impede que possa haver um estudo mais sistemático e orgânico da sociedade, especialmente para gente do povo já mais experimentada e num contexto mais livre de formação teórica.

Aliás, cursos assim se revelam necessários a partir de certo momento da caminhada popular, em função mesmo da prática que se vai assumindo. Mas aqui a teoria crítica ou dialética da análise social precisa ainda ser redefinida dentro do universo da cultura e linguagem do povo e, mais ainda, ser redescoberta e recriada a partir de sua própria experiência e prática. Só assim ela mantém sua vitalidade e seu caráter instrumental. Ou seja: só assim ela poderá ser controlada pelo povo e submetida aos seus interesses mais altos.

### **O "julgar" religioso da pastoral popular**

Acrescentemos ainda que, nos meios cristãos (pastoral popular), o momento do "julgar" coincide normalmente com a iluminação de fé sobre o problema em questão. Trata-se de um "julgar" religioso, que é ou pode ser moral, bíblico, teológico, etc.

Esse momento, que é o da Palavra de Deus, é essencial para a pedagogia da fé e a pastoral. Ele não se coloca no lugar e nem ao lado do que já veio antes: o "ver" e o "julgar" analítico. Ele apenas situa tudo isso dentro de um horizonte maior - justamente o da fé - onde a realidade, vista e julgada teoricamente, ganha uma profundidade e peso absolutamente próprios e únicos - sua sanção radical e última.

Deste modo, no campo da metodologia pastoral, o "ver" deve já incluir o "julgar" analítico. É então um "ver" crítico, que, em epistemologia teológica, se convencionou chamar de "mediação sócio-analítica". Já o "julgar" representa então um momento especial e próprio, que não encontra correspondente adequado na metodologia da reflexão popular comum. Mas voltaremos ainda às questões específicas que coloca o método da pastoral popular.

Basta aqui notar a diferença de terminologia e mesmo de momentos (ou elementos) nos diferentes trabalhos populares. O que, contudo, não vem quebrar a dinâmica metodológica como tal: esta se verifica aqui e lá sob formas distintas, mas dentro de um movimento só.

## Capítulo 11 - Terceiro tempo: agir

O diálogo há de levar para o compromisso, para a ação de transformação. Não, evidentemente, que tal deva ocorrer em cada encontro, mas no processo geral da reflexão.

Quando se fala aqui em "agir", trata-se naturalmente de propostas de ação e não ainda da ação concreta como tal.

### O passo possível

Para o agir, é da maior importância ater-se à regra da "ação possível", ou do "passo possível". Por outras: há que perceber qual é o "histórico viável". Não o que se "gostaria" de fazer. Nem o que se "deveria" fazer. Mas o que se "pode" efetivamente fazer.

Querer fazer mais que o possível é como querer "dar o passo maior do que a perna". É queimar as etapas. Ora, é nesse perigo que pode cair o agente, mais tentado de idealismo (ou irrealismo) que o povo, em geral.

Querer "forçar a barra" pode ser contraproducente e resultar em recuo. Aqui o revolucionarismo tem o mesmo efeito que o reacionarismo: os extremos se tocam. Isso acontece quando não se analisam corretamente as possibilidades da situação, ou seja: as condições concretas de luta.

Os dois erros nesse sentido são conhecidos:

a) o voluntarismo, quando só se conta com a disposição subjetiva do povo, sem levar em conta as condições reais da ação e a correlação das forças em presença;

b) o espontaneísmo, quando se confia que o processo vai por si só levar a luta de modo determinístico.

Para encontrar o caminho certo da ação não se pode nem superestimar e nem subestimar as dificuldades do povo e a força de seus adversários. A apreciação concreta das relações de forças em jogo deve ser obra 'dos que estão em questão. Por isso, nesse terceiro tempo, o trabalho do agente externo deve ficar mais recuado.

Em particular, numa situação em que a correlação de forças é extremamente desigual ou desfavorável tomar a ofensiva e atacar é temeridade. Significa buscar o fracasso. E empurrar o povo para lá é uma irresponsabilidade. Nessas condições, sustentar as posições já conquistadas, resistir, não ceder, ou, na pior das hipóteses, recuar um pouco para não ceder de todo, ou seja: adotar uma posição de conservar o quanto possível os passos dados, significa, já uma vitória. Qualificar

tudo isso de tradicionalismo ou conservadorismo é fruto de uma cabeça idealista, que toma seus sonhos pela realidade.

Qual seja o passo possível - isso não se sabe apenas por análise, mas também por experiência e por tato político. Por isso, nada dispensa o risco. Em ocasiões que parecem oportunas, é preciso tentar. Há chances que se perdem e não voltam mais. De resto, há possibilidades históricas que só se tornam tais a partir da confiança e ousa' dia dos que nelas se empenham. É o sentido do "fazer a hora, sem esperar acontecer".

### Para dar um passo em frente

A caminhada do povo pode ser acelerada, em primeiro lugar, por estas chances ou oportunidades históricas (kairós). Trata-se de conjunturas ricas, em que se dá uma espécie de condensação histórica. É uma crise, um fato marcante, uma eleição, uma perseguição, etc. Se aproveitados, esses momentos podem ser uma ocasião propícia para a comunidade dar um salto qualitativo.

Existe um segundo elemento que favorece a aceleração da consciência e organização do povo. É o contacto com a experiência ou prática viva de outros grupos mais avançados. Tal contacto pode se dar na própria prática ou mesmo em encontros de reflexão. Estes marcam para muitos um ponto de arranco ou um salto decisivo. Na verdade, povo não é apenas o povo com que se trabalha. É uma entidade social maior com o qual se mantém laços históricos.

Em terceiro lugar, o que favorece ainda a marcha do povo é o ambiente social que se cria e que impregna de certo modo a todos. É o que sucede nas áreas já mais trabalhadas por todo um processo de luta e em algumas igrejas que têm uma pastoral de conjunto assumida, de corte popular.

De todos os modos, importa guardar o ritmo da caminhada, sem queimar etapas e sem também ficar patinando. Esta questão toca sobretudo o agente, pela facilidade e tendência que tem em totalizar o

processo histórico na própria cabeça. Ao contrário do povo, que realiza sua totalização a partir das experiências e das projeções que elas permitem. Ou seja: a partir das mãos e do que elas plasmam.

Forçar o passo só pode levar a iniciativas sectárias e à divisão no meio do povo. Na verdade, a precipitação artificial e sectária da luta só pode ser assumida por poucos, resistindo a grande maioria por questões de simples bom senso.

Assim, pretender, desde o primeiro encontro, que um grupo se comprometa na política direta é, o mais das vezes, pôr o grupo a perder. "É melhor dar um passo com mil do que mil passos com um". Por isso, importa sobretudo que a discussão chegue a um consenso fundamental, senão à unanimidade, quando se trata de comprometer todo o grupo numa ação vital.

### **Etapas e tipos de ação**

É claro, para organizar concretamente um trabalho, para sua preparação imediata é conveniente distribuir as várias tarefas e tirar uma comissão ou grupo especial para viabilizar as decisões coletivas.

Em termos das etapas da caminhada, a experiência mostra que um grupo vai normalmente das tarefas de nível comunitário (entreeajuda), passando pelas lutas de bairro (melhorias), chegando às do sindicato até à questão do sistema político global (partido, etc.).

Quanto aos tipos de ação concreta, sabe-se que existem:

- a) ações autônomas do povo (mutirões, etc.);
- b) ações reivindicativas (abaixo-assinados, manifestações, etc.);
- c) e ações de organização, seja para fundar ou para recuperar algum órgão popular (sindicatos, associações, etc.).

É só o discernimento coletivo que poderá decidir se tal ou tal melhoria deve ser exigida das autoridades competentes ou se deve ser assumida pela própria comunidade. A regra, contudo, parece ser: o que um órgão público pode e deve dar, seja dele exigido, assumindo o povo só o que não há condições de obter de outro modo.

Quanto às ações de organização, elas têm a virtude de permitir a continuidade e a coesão da caminhada do povo. Pois elas dizem respeito justamente aos instrumentos de luta do povo e não a lutas parciais. Estas, uma vez findas, podem fazer recair o processo. Com a organização não se tem apenas ovos, mas uma galinha poedeira de ovos. Assim, mediante a organização, sempre somada à reflexão permanente, pode-se manter a continuidade e o crescimento do trabalho. Dai sua importância fundamental.

## **Capítulo 12 - (II) Metodologia da ação direta: 1º) agir conjuntamente**

Aqui colocaremos algumas indicações concretas para o momento da prática direta. São algumas sugestões soltas, que a experiência mesma ensina.

Essas indicações são normalmente levadas em conta no momento anterior - o da reflexão, particularmente na hora do "agir", ou seja, da elaboração das propostas de ação. Por isso, poderiam ter sido colocadas lá, pois é lá que elas não de ser ajuizadas. Mas porque devem ser levadas em conta particularmente no processo mesmo da ação, vamos colocá-las nesta seção.

Esta parte - a da ação direta - depende muito mais do tato, da habilidade (a *metis* grega) e por isso da experiência que de estudos e reflexões. Se a educação já é uma arte (um saber-fazer), a política (entendida aqui como toda forma de ação coletiva) o é mais ainda.

E evidente que a experiência histórica oferece lições para todos. Mas a experiência dos outros não dispensa que, em nome próprio, cada um faça a sua. A experiência como tal é intransmissível, embora não o sejam seu relato e seus ensinamentos.

### **Agente: agir junto**

Evidentemente a primeira qualidade de uma ação coletiva é sua coesão ou entrosamento interno. O imperativo da união vale para todos, mas mais ainda para o agente. No momento da ação (do "pega") o agente, mesmo e sobretudo o externo, há que estar junto com o povo.

Se a reflexão se faz junto, em termos de diálogo ou partilha da palavra, a ação também deve ser executada conjuntamente. Portanto, importa acompanhar o povo em sua caminhada.

Com efeito, o agente, embora venha de fora, faz parte do processo e do povo. Ele assumiu a causa dos oprimidos e sua caminhada. Por isso deve acompanhá-los e assumir com eles.

Mas qual é o lugar do agente no processo vivo da ação? É claro, o agente não pode substituir o povo, adiantar-se e se tomar como o representante do povo. Isso só é possível ao agente interno, realmente popular, ou ao agente externo que está física e organicamente inserido no meio do povo, seja pela moradia, seja pelo trabalho.

### **Lugar da direção na ação direta**

O agente externo não deve normalmente ter a liderança da ação popular. Mas isso não quer dizer que não possa e deva ir junto, participar, acompanhar, enfim, marcar presença. Claro, trata-se sempre de uma presença qualificada - o povo o sabe, bem como todos os que eventualmente estão confrontados com a dita ação, como os opressores.

Por seu lado, a direção ou coordenação de uma iniciativa popular deve, ela também, estar bem posicionada. Jamais agindo só. Também não se trata de estar necessariamente à frente, no proscênio do teatro. Uma visibilidade ostensiva pode prejudicar a ação coletiva. Primeiro, porque revela o caráter dirigista de uma ação: esta se mostrará como controlada por cúpulas. Segundo, porque expõe a direção à mira dos ataques adversários, comprometendo assim toda a ação. O povo caminha como tartaruga: com a cabeça protegida.

Assim, a ação popular deve ser e, por isso mesmo, parecer uma ação coletiva, assumida por todos. Por isso, o lugar normal da direção não é atrás, protegida das balas, mas também nem à frente, exposta facilmente ao ataque, porém, no meio do povo. Claro, não para se defender, mas para animar a luta.

## **Capítulo 13 - (II) Metodologia da ação direta: 2º) Valorizar cada passo dado**

As idéias de "política", "revolução", "história" e "práxis" suscitam imagens de grandeza e excelência inatingíveis. Elas carregam uma tal conotação de sonho e utopia que condensam todo o desejo de plenitude de uma existência alienada. O agente, por ser um intelectual, é particularmente vulnerável a essa sedução idealista. E que se dá aí mais importância ao projeto que ao processo. Sim, mudança do sistema: é o que se quer, mas é mais ainda o que se faz.

Não há dúvidas: há momentos de ruptura, de saltos em frente. Mas estes só acontecem após um largo período de "acumulação política".

Esta é que cria as condições de uma "revolução".

Por isso mesmo, é preciso começar e seguir em frente. E se começa sempre como a semente. Todos os começos verdadeiros são começos de humildade. Uma comunidade cresce a partir dos pequenos problemas que sente e tem possibilidade de solucionar ("passo possível").

Ora, os "pequenos problemas" não se opõem aos "grandes problemas". Na dialética social, os "pequenos problemas" não são tanto parte dos grandes - os únicos dignos de atenção. São antes reflexo e tradução dos grandes.

De fato, para poder entender corretamente qualquer problema, por menor que seja, é preciso situá-lo dentro do seu contexto social mais amplo. Por exemplo, quando se toma a questão da família, da escola ou da saúde, acaba-se sempre levantando o problema do sistema social vigente. Seja lá qual for a porta de entrada, chega-se sempre ao núcleo da questão, que é o modo de organização social. Quer dizer que um problema particular é caminho do universal.

Claro, esta vinculação (que dá a significação política de um problema determinado) pode ser maior ou menor. Certamente ela não esgota o sentido daquele problema (a política não é tudo), mas ela indica hoje seu sentido dominante.

Por tudo isso, o agente há de estar extremamente atento a cada passo, a cada pequena luta do povo, desde uma reunião participada, até uma marcha, passando por uma ação de entreatada ou a realização de um projeto de promoção social.

Basta que aqui se sigam dois critérios básicos:

1º) que aquela ação vá na boa direção, isto é, que signifique um passo em frente na linha da mudança do sistema;

2º) que a ação seja assumida pelo povo como sujeito possivelmente protagonista da mesma.

Valorizar as pequenas lutas não é nelas se comprazer, mas considerá-las dinamicamente como degraus necessários para uma ascensão maior. É justamente porque a caminhada é longa e o termo luminoso que cada passo, por menor que seja, possui seu valor próprio.

## **Capítulo 14 - (II) Metodologia da ação direta: 3º) Articular os passos com o objetivo final**

### **Níveis da ação**

Em toda ação popular importa levar em conta estes três níveis:

1º) o objetivo final, que é concretamente a transformação da sociedade, o surgimento de uma nova sociedade. Esse objetivo pode ser mais ou menos definido, Pode ter traços ainda utópicos (ideal de uma sociedade reconciliada) ou já políticos (como o projeto "socialista"). A definição do objetivo ou ideal histórico depende do próprio processo de crescimento da consciência e das lutas de um povo;

2º) as estratégias, que constituem as grandes linhas de ação, ou seja, que traçam o caminho para chegar ao objetivo final;

3º) as táticas, que são os passos concretos dados dentro das estratégias para se chegar à meta ou

objetivo. Importa, neste sentido, valorizar as "astúcias" que o povo adota para poder sobreviver e ludibriar seus opressores. Esta "arte dos fracos" espera ainda um maior reconhecimento e aproveitamento pedagógico e político.

O quanto possível, é preciso ser claro nos objetivos, firme nas estratégias e flexível nas táticas. Flexível nas táticas significa que se pode e deve às vezes alterar a tática e até recuar quando as circunstâncias o exigirem. Em particular, é preciso ter uma grande sensibilidade no sentido de acompanhar e respeitar a dinâmica viva da ação popular no momento em que ela se processa (numa manifestação, por ex.). Aí os dirigentes têm que juntar habilmente a firmeza da estratégia com a elasticidade das táticas, para não quebrar o movimento em curso e permitir assim que o povo se afirme e avance.

Estes três níveis se reproduzem em escala menor para qualquer projeto social mesmo parcial.

### **O passo vale por sua orientação**

O importante é que qualquer ação se mantenha orientada na direção de seu objetivo final. Mas orientada dialeticamente, como um caminho de montanha que, apesar de todas as suas voltas (táticas), vai fundamentalmente (estratégia) para o cume (objetivo). Ou como o rio, que contornando montanhas ou saltando em cachoeira (tática) segue firme (estratégia) na direção do mar (meta final).

Então, o que conta não é o passo como tal, mas sua orientação, isto é, sua articulação com o projeto global da ação. O peso de uma ação lhe é dado por seu rumo ou direção.

Nesse sentido, é falsa a disjuntiva sumária: reforma ou revolução. Pois uma reforma pode ter conteúdo revolucionário. É quando assume uma orientação revolucionária, isto é, quando significa um passo a mais na linha da transformação social. A disjuntiva real é: reformismo versus revolução, pois aí a reforma não coloca mais em perspectiva a criação de uma nova sociedade, mas a simples continuidade (melhorada) desta.

Por outro lado, a força transformadora de uma ação pode ser naturalmente maior ou menor. Isso depende dos critérios já mencionados: o quanto ela avança na direção de uma nova sociedade, questionando necessariamente a atual e o quanto a ação é assumida pelos oprimidos - critério esse que não faz senão uma só coisa com o anterior, como sua condição essencial.

### **Para que a luta não esmoreça depois de uma vitória**

A articulação passo-objetivo não é ainda entre ações diversas, como veremos no próximo ponto, mas entre uma ação material e seu objetivo ideal, que aquela ação vai encarnando. A relação é, pois, entre uma instância real e uma instância de representação (um projeto, um horizonte, etc.). Donde a importância do ideológico (teoria e projeto) para o prático.

A articulação passo-objetivo é uma síntese prático-teórica: é um ato prático porque se dá na ação, mas é também algo de teórico porque essa ação deve se situar dentro de um projeto, o que somente é possível através da reflexão.

Por isso, para se manter a continuidade de um trabalho, que arrisca sempre de se satisfazer com suas conquistas parciais, é preciso:

1º) um *projeto histórico*, que vá se definindo de forma crescente e que constitua a meta da caminhada, como o destino da viagem para o viajante;

2º) uma *reflexão*, que vá medindo continuamente a distância entre o que está aí e o destino final;

3º) por fim uma *organização*, que leve à frente de modo constante a caminhada, agindo e refletindo.

Faltando um desses três elementos, a luta "cai".

### **A instância utópica**

O projeto histórico adquire um perfil concreto no seio da utopia, do ideal ou do sonho. Então, a "sociedade justa" ganha os traços de um "socialismo" bem determinado.

Contudo, a instância utópica ou escatológica não desaparece. Ela inspira a criação de projetos históricos e alimenta a esperança dentro da caminhada concreta. "Ai das revoluções que não sonham!" (P. Freire).

A condição que seja uma viagem ao futuro a partir do presente e em função dele, o sonho utópico dá saúde e vigor à prática. Daí a importância de a comunidade viver momentos de poesia e celebração do futuro absoluto. Para isso a religião oferece recursos sem igual e uma "esperança contra toda esperança".

Motor da história é a luta pela justiça, sim, mas animada pelo desejo, pela fantasia e pelo canto!

## **Capítulo 15 - (II) Metodologia da ação direta: 4º Somar forças**

Para uma comunidade avançar, além de unir as forças dentro, é preciso se unir com outras forças fora dela. Isso se dá em várias direções.

1) Multiplicar os grupos que têm o mesmo objetivo seja ele religioso, sindical, partidário, cultural, etc. Grupos homogêneos têm mais facilidade de se unir e lutar por objetivos comuns. Assim acontece com uma rede de CEB's, uma Federação sindical, etc.

2) Ligar-se a outros grupos populares: associações de moradores, clubes de mães, sindicatos, CEB's, etc. Claro, tal união só pode se dar em torno de objetivos bem concretos, tal uma luta de interesse comum.

3) Envolver todo o bairro ou mesmo o município rural em alguma ação coletiva de interesse comum.

4) Incorporar no próprio grupo ou movimento frações do povo que ficaram fora, assim: as mulheres no movimento sindical, os homens nas atividades religiosas, partes da grande massa dos esquecidos e anônimos no movimento popular, etc.

5) Envolver pessoas ou frações de outras classes no próprio movimento, seja em termos de incorporação plena, seja em termos de aliança ou acordo.

Uma questão delicada é quem articula quem, ou seja: a direção dessas forças conjuntas. Evidentemente, é preciso que a coordenação seja representativa das forças em questão. Ora, a direção se determina a partir da própria ação, bem como da escolha por todos os envolvidos.

Em particular, nos acordos com outras classes ou com o governo, importa ao povo "sair ganhando". Para isso é preciso ser forte e poder discutir, negociar e controlar a proposta em questão para o proveito próprio.

## Capítulo 16 - (II) Metodologia da ação direta: 5º Formar animadores

### Novo tipo de dirigente (popular)

Nos trabalhos que hoje se processam dentro do Movimento Popular está surgindo um novo tipo de "dirigente". É o "coordenador" e não o "ordenador"; é o "animador" e não o "líder". Essa nova figura executa seu papel como serviço e não como dominação ou paternalismo. Trata-se de um dirigente não dirigista, que trabalha mais *com* o povo do que *para* o povo.

No trabalho popular, a prioridade cabe à formação não de "quadros", mas da comunidade. Trata-se de criar comunidades participantes, co-responsáveis, autogovernadas. É só em seguida, no seio delas e em função das mesmas, que se há de ter também a preocupação de formar os "quadros" ou os "animadores".

Dar prioridade às "lideranças" sobre as comunidades é cair no cupulismo ou dirigismo. Tal é outra tentação dos agentes externos (sendo a primeira o doutrinário - a de antepor a teoria à prática).

Para evitar o cupulismo como primazia dos "líderes" sobre a "base" são necessárias algumas precauções:

1) É preciso que os animadores emergam e se formem na própria prática. É na medida da sua participação que alguém mostra que tem qualidade de "animador". Essa não é uma função administrativa que possa se fundar em base burocrática. É nas lutas que alguém ganha tal competência. Nesse sentido é importante reconhecer as "lideranças" populares já existentes no seio do povo. Respeitá-las, valorizá-las e reforçá-las.

2) Importa também que o "animador" nunca venha a se desenraizar de seu chão de classe e de suas bases. Para isso é preciso que sua função seja renovável ou rotativa. Aqui importa mais a função de "animação" do que o portador da mesma. Pois o que interessa aqui não é tanto a pessoa individual do "animador" quanto seu trabalho em favor do povo.

### Para preparar um animador

Por outro lado, exercendo uma função específica (e não especial), o "animador" precisa também de um processo de formação igualmente específico (mas não especial). Como se dá a formação de um "animador"?

O processo de formação de um "animador" pode ser descrito assim:

1º) fazer, primeiramente, o novo "animador" trabalhar junto com os animadores mais experimentados. Assim vai aprendendo, a partir da prática, a assumir sua função própria;

2º) deixar, em seguida, o "animador" assumir a dianteira, mas acompanhá-lo de perto, trabalhando e refletindo com ele sua prática dentro do próprio processo;

3º) finalmente, propiciar algum treinamento particular a partir da experiência anterior e da nova tarefa que irá assumir.

Há sempre o perigo de o "animador" se desligar da base. Isso é devido a seu preparo técnico e teórico maior, ao crescimento e complexidade das tarefas do grupo e à articulação desse com outras instâncias (governo, etc.). Mas, para fazer frente a isso, é preciso cuidar para que a comunidade toda cresça ao mesmo tempo em consciência, participação e espírito crítico.

### Controlar o exercício do poder

O poder tende naturalmente a se concentrar. Contra isso é preciso:

1) uma *ética pessoal* de serviço, autocrítica e autocontrole;

2) *mecanismos instituídos* consensualmente para o controle coletivo do poder: eleições, submissão a um regulamento escrito, divisão das tarefas, prestação de contas, hetero-crítica, reconhecimento de contrapoderes, rotatividade dos cargos, proibição de privilégios, honras e mordomias, etc.

Trata-se, enfim, de criar uma mentalidade nova no exercício do poder e também comunidades novas que



saibam tanto se autogerir como resistir, criticar e mudar os responsáveis do poder (mesmo entendido como coordenação).

A formação de "animadores" populares é um dos aspectos mais importantes para a autonomia do povo. Pois até que os dirigentes do povo não são populares (ou pelo menos popularizados), o povo será sempre mal representado: acaba sendo primeiro substituído, depois preterido e finalmente subjugado por seus pretensos "líderes".

## Capítulo 17 - Pastoral popular: confronto religião/vida

A fórmula geral teoria/práxis se traduz em termos pastorais na fórmula fé/agapé. Na "pastoral social" fala-se mais comumente em evangelho/vida ou religião/compromisso.

Em particular, em nosso contexto latino-americano de hoje, essa fórmula geral se concretiza em fé/política. E para designar o método de unir esses dois termos fala-se em "comparação", "interpelação", "confronto", "correlação" e até em "dialética".

Qual é o ponto de partida da pastoral popular? É o ponto de partida comum a todo trabalho popular: a realidade do povo. Isso se pode ver na prática pedagógica de Jesus (parábolas, milagres, etc.), como também na melhor tradição pastoral da Igreja.

Contudo, a realidade do povo é a realidade do povo e não necessariamente a do agente. Ora, do ponto de vista pastoral, a realidade do povo pode ser tanto um problema material (doença, emprego, etc.) como uma questão religiosa (um batismo, uma bênção, etc.). Isso depende do tipo de comunidade e do seu grau de consciência.

De todos os modos, seja que se entre pelo religioso ou então pelo social, o importante é que se ligue sempre uma coisa com a outra: que o religioso leve até o social e que o social passe pelo religioso. É nessa dialética que se desenvolve a pastoral popular.

Mas porque a prática, nesse campo, levanta algumas questões particulares e sugere algumas orientações, queremos aqui nos deter em alguns pontos.

Efetivamente, até agora explicitamos a metodologia do trabalho popular em geral, independentemente de seus conteúdos específicos: sindical, partidário, sanitário, pastoral, etc. Agora temos que nos deter um pouco na metodologia da pastoral popular em função de seu conteúdo próprio: a vivência da fé pelo povo.

## Capítulo 18 - Corno ligar fé e Política

### O povo sempre liga fé e vida?

Por um lado, coloca-se freqüentemente a questão: como levar um grupo, que "só fica na reza", a se engajar ativamente nas questões sociais? E esta é, na verdade, uma pergunta objetiva.

Por outro lado, diz-se que a ligação fé/política é um problema de agentes (e) intelectuais, sendo que o povo, ao contrário, sempre liga fé e vida.

Há nesta última posição um equívoco. Com efeito, a fé está, sim, sempre ligada à vida. Mas a questão é: como? De fato, o mais das vezes, na religião popular, a ligação fé/vida é mais *conservadora* do que transformadora. Numa visão mais positiva, trata-se de uma ligação de *resistência* mais que de mobilização. E isso, sem dúvida, se explica pelas próprias condições de vida (oprimida) do povo.

### Sugestões para ligar ativamente a fé à vida

Para levar um grupo a se comprometer *ativamente* na problemática social é preciso fazer uma reflexão da fé em cima dos problemas da vida (conflitos e práticas). Quer dizer: é *a partir de dentro* da fé que a dimensão política, que lhe é conatural, vai se desenvolvendo. Eis aqui algumas sugestões saídas da prática:

a) *Partir da Bíblia*, sobretudo de alguns textos que têm um poder de *indução política* maior: o Êxodo, os Profetas, os Evangelhos, o Apocalipse.

b) Convidar os participantes a trazer  *fatos da vida*  relacionados com o texto bíblico lido.

c) Aproveitar *ocasiões* propícias (casos acontecidos na comunidade, situações problemáticas, testemunhos de participantes, etc.) para refletir em torno e projetar sobre elas a luz da Palavra.

d) *Rezar* a propósito de problemas e lutas do povo.

e) Fazer *dramatizações* desses problemas e lutas, relacionando-os com alguma passagem bíblica ou com a visão geral da fé.

f) *Celebrar* (em missa, vigília, etc.) os eventos comunitários que têm maior conteúdo social e político, etc.

O importante em tudo isso é que não se perca a relação entre a fé (palavra, oração, celebração, etc.) e vida (problemas, conflitos, lutas, etc.), seja qual for o ponto de partida - a fé ou a vida.

Evidentemente, na medida em que uma comunidade vai-se engajando nas questões sociais, mais fácil se torna a síntese transformadora entre fé/política, ou evangelho/vida.

## Contra o risco oposto de desligar a vida da fé

Contudo, há sempre o risco de a prática social e política ser de tal modo envolvente que leve um grupo a enfraquecer e mesmo a perder sua relação com o pólo "fé" e com a comunidade da fé - a Igreja. A pastoral popular deve estar atenta a isso. Assim, mesmo quando se arranca, de entrada, das questões sociais concretas é preciso que se chegue sempre ao momento do "julgar" essas questões "à luz da fé".

Nessa hora, importa que a referência indispensável à Palavra de Deus (por uma abordagem bíblica ou teológica) seja orgânica e não superficial. Para isso exige-se seriedade e o tempo necessário, a fim de que haja uma verdadeira *impregnação* da comunidade nas fontes da fé.

O descuido nesse ponto leva a descaracterizar a pastoral como prática específica, diminuir a confiança do povo nos agentes de Igreja e a privar-se - o agente e o povo - de uma fonte de inspiração e animação privilegiada em que consiste a própria fé.

## Capítulo 19 - Como relacionar organização eclesial e organização social do povo

Quando se fala em "prática" se entenda normalmente a prática concreta (social ou política). Nesse caso, dizemos aqui que a fé se *desdobra* (não se transforma) em prática social ou política. E isso sem rupturas.

Contudo, além das práticas sociais em que a fé se desenvolve, existem as práticas religiosas ou eclesiais. Estas são específicas. Trata-se das práticas de culto (missa, batismo, procissão, terço, etc.), de ensino (catequese, etc.) e de organização (CEB's, etc.).

Há, pois, duas esferas distintas a esfera eclesial e a esfera social, ambas com suas práticas próprias, embora relacionadas entre si. Por isso, a questão, nesse nível, não é desdobrar mas antes *combinar* as duas esferas, ou seja: a comunidade eclesial e outras associações do povo.

Nesse sentido, a pastoral popular deve atentar para alguns pontos importantes se quer organizar o povo tanto eclesial como socialmente:

1) É preciso, em primeiro lugar, *garantir a reprodução da esfera eclesial*. E isso nos seus três níveis: de doutrina (catequese, cultura bíblica e teológica, etc.), da celebração (práticas sacramentais e devocionais) e da organização (comunidades, ministérios, etc.).

Assim, "partir da realidade" pode significar, por ex., partir da realidade de celebrações mortas. "Partir da prática" pode ser partir da prática batismal, etc. É preciso levar a sério essa "realidade" específica (problemas ou práticas) como parte essencial da pastoral popular. Considerar tudo isso como mera ocasião de passar para a "realidade" que única e realmente interessaria (a social) significa manipular a comunidade e sua fé.

2) É preciso, por outro lado, *adequar* convenientemente o modo de estruturação da esfera eclesial (sua doutrina, suas práticas religiosas e sua organização comunitária) à sua missão, ou seja, às exigências autênticas da esfera social.

Assim, em termos de metodologia da pastoral popular, é necessário:

- que a comunidade participe ativa e criativamente das atividades intra-eclesiais (dimensão de uma "política democrática" interna à igreja);

- que a comunidade se abra para o compromisso social, etc.

3) Por fim, importa *desenvolver de modo simultâneo e combinado* a esfera religiosa e a esfera social.

Com efeito, acontece muitas vezes que a organização social do povo seja mais avançada que sua organização religiosa. Esse descompasso pode-se verificar também no nível da consciência e das práticas.

Por isso, ao mesmo tempo em que cresce o compromisso político, deve crescer também o compromisso eclesial. E isso em todos os níveis:

a) de *consciência*: o conhecimento bíblico e teológico deve ir de par com uma consciência social política mais avançada;

b) de *prática*: as práticas de culto, tais as sacramentais, não de combinar com as sindicais, políticas, etc.;

c) de *organização* comunitária: a participação na vida eclesial, especialmente pelos ministérios, deve acompanhar a participação na vida social, até nos postos de direção.

Sem esta adequação ou harmonia estrutural entre organização eclesial e organização social do povo, haverá, na melhor das hipóteses, mera justaposição, com o perigo constante de contradição e ruptura, para prejuízo do próprio povo, seja em nível religioso como político.

## Capítulo 20 - Técnicas do trabalho popular

As diversas técnicas só funcionam bem quando traduzem uma metodologia. E esta igualmente só é bem aplicada quando inspirada por uma mística e por uma concepção geral prévia da realidade.

Quanto às técnicas do trabalho popular, observem-se principalmente os dois critérios seguintes:

1) se o povo *participa* de sua elaboração e aplicação, e isso de modo crescente (na confecção dos

boletins, das celebrações, etc.);

2) se levam a comunidade à *autonomia*, ou seja: se aproveitam ao crescimento do grupo, donde a necessidade de sua revisão, sempre junto com os interessados - o povo.

Vamos agora expor brevemente os principais tipos de recursos, mecanismos e ações diretas.

## A. Recursos

1) *Roteiros*. São instrumentos ou subsídios para a reflexão. Hão de ser flexíveis e abertos, bem como adequados ao grau de desenvolvimento do grupo. A linguagem deve ser naturalmente popular.

2) *Cartilhas*. Não são receituários, mas caixas de ferramenta. Procuram reunir de forma mais ou menos orgânica um patrimônio de conhecimento e cultura já adquirido (saúde popular, política partidária, leis trabalhistas, etc.).

3) *Boletins*. Podem incluir um conteúdo muito variado, desde material de reflexão até cartas e outras informações. É bom que sejam feitos a duas mãos: gente do povo e agentes; e com material de "mão dupla": transmitindo algo de novo e repercutindo a reação das bases.

4) *Cantos*. Aproveitar o cabedal da cultura popular (folclore), inclusive nos métodos de criação (cordel, repentes, improvisos, etc.). Evidentemente o povo pode tornar próprios cantos feitos por outros. Mas é preciso que sejam compreensíveis e tenham um conteúdo autêntico ou verdadeiro. Em arte, nada pior que o mau gosto, o moralismo e o didatismo.

5) *Cartazes*. Têm a virtude de ser sintetizadores e inspiradores de idéias ou propostas. Por eles o povo tem oportunidade de manifestar sua criatividade tanto nos desenhos como nos dizeres.

6) *Material audiovisual*. Cujo principal proveito está na reflexão coletiva que pode permitir em seguida.

## B. Mecanismos

1) *Dinâmica de grupo*. Naturalmente, no processo da educação popular usam-se as mais variadas dinâmicas, como o cochicho, a reflexão em círculos, a discussão em plenário, a dramatização, o painel, etc. O que mais importa em tudo isso é a participação de todos, a relação dessas dinâmicas com a vida (problemas e práticas) e a reflexão dialogada e aprofundadora que elas provocam. Assinalemos o valor pedagógico-popular das dramatizações.

2) *Visitas*. São úteis para iniciar um trabalho e também para manter a coesão do grupo e a continuidade da caminhada. As visitas entre grupos para troca de experiências favorecem o aprendizado coletivo, elevando o nível de consciência do povo a partir da partilha das próprias lutas. Mas, para serem frutuosas, as visitas precisam ser programadas e visar um objetivo (o que não impede evidentemente as visitas gratuitas, de pura amizade ou solidariedade humana).

3) *Treinamentos*. Encontros de estudo e preparação de mais dias rendem na medida em que estão ligados a uma prática (pelo menos projetada). Aqui também é importante a participação dos presentes na elaboração e direção do treinamento ou curso. Há quanto a isso todo um saber acumulado (uma "arte") que é aqui impossível explicitar mas apenas lembrar.

4) *Celebrações*. Que podem ser religiosas (vigília, procissão, etc.) ou da cultura popular (festa de casamento, de aniversário, etc.). São momentos onde a exaltação gratuita prevalece, realimentando assim a esperança e congrassando psicossocialmente o povo. Não devem ser, fora de propósito, instrumentalizadas para fins didáticos ou políticos imediatistas.

5) *Brincadeiras*. Nem se há de esquecer no trabalho popular o poder desinibidor e integrador das brincadeiras. Elas preparam um ambiente propício para a reflexão e o compromisso comuns, quando já não veiculam conteúdos pedagógicos explícitos.

## C. Ações diretas

Contentemo-nos aqui em elencar algumas ações populares concretas:

- abaixo-assinados, manifestos de solidariedade, etc.;
- caminhadas, marchas, passeatas;
- greves, paralisações, etc.;
- comícios, concentrações e outras manifestações públicas;
- celebrações de protesto, reivindicação ou vitória;
- ocupação de espaços (ruas, praças, edifícios, fábricas, etc.);
- boicotes (de reuniões, produtos, ações);
- mutirões e outras ações de entreatajuda, etc.

Cada uma dessas operações implica uma arte própria, que se adquire antes de tudo pela experiência.

Relembremos sempre que a qualidade dessas ações deve ser julgada pelos critérios principais já citados: o grau de participação ou envolvimento do povo e o efeito de autonomização produzido.

## Epílogo

Ao encerrar esse trabalho, queremos evocar a memória daquele que, dentre todos, melhor soube se

relacionar com o povo oprimido e que mais quis e buscou neste mundo a vinda do Mundo Justo, que chamou de Reino. Ele adotou como projeto de vida e como método de trabalho uma antiga profecia, onde se fala da missão, do serviço, do anúncio da justiça ao povo, da discricão no trabalho, do resgate da menor centelha de vida, da perseverança ria longa caminhada e da esperança no triunfo do Direito (Mt 12,18-21 = Is 42,1-4). Esse programa - que continua sendo o "espelho de vida" de todo agente do povo - ele o cumpriu de modo insuperável e paradigmático:

"Eis aqui o Servo, que escolhi;

Meu bem amado, de quem minha alma se afeioou.

Farei repousar sobre ele meu Espírito,

E ele anunciará o Direito aos povos.

Não discutirá nem gritará,

Nem se ouvirá sua voz nas praças públicas.

Não quebrará o caniço apenas rachado,

Nem apagará o pavio ainda fumegante,

Até levar o Direito ao triunfo.

E em seu nome os povos depositarão sua esperança!"